LIVRO DE ATAS 2012

Conselho Estadual de Tombamento

LIVRO DE ATAS DO
CONSELHO ESTADUAL DE TOMBAMENTO
INICIADO NO DIA 02 DE ABRIL DE 2012,
COM A 1190ª SESSÃO PLENÁRIA,
E COM TÉRMINO NO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2012,
COM A 1213ª SESSÃO PLENÁRIA

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1190ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, foram assinadas as Atas da 1179ª, 1182ª, 1183ª, 1184ª, 1185, 1186ª, 1187ª, 1188ª e 1189ª Sessões Plenárias. **2. Implantação de estrutura no Campo de Marte, no interior do Forte de Copacabana, para a realização da Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável/*Rio+20*.** Dando início à apresentação do assunto, a Presidente Olga Campista falou da importância da Conferência em tela, a ser realizada de 11 a 14 de junho, e que a mesma será seguida de evento do Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM, que aproveitará a estrutura já implantada, Em seguida, ressaltou ter havido a apresentação de uma primeira proposta de intervenção para o local, e que a mesma foi considerada bastante impactante pelo Inepac, que, na ocasião, apresentou uma série de ponderações, o que resultou na atual proposta, que incorpora as adequações sugeridas pelo Instituto. Em seguida, destacou julgar de grande importância a discussão de um Plano Diretor para o Forte de Copacabana, argumentando que o bem, pela sua localização privilegiada e pela falta de espaços para eventos deste porte na cidade, tem sido o destino da maioria dos eventos programados, razão pela qual, deverão ser definidas previamente as diretrizes que deverão nortear sua ocupação. Ressaltou, em seguida, ter conversado sobre o assunto com a Superintendente do IPHAN, a arquiteta Cristina Lodi, e que pretende estabelecer uma discussão conjunta sobre a elaboração do referido Plano Diretor com o atual comandante do Forte, que lhe pareceu aberto à questão. Em seguida, passou a palavra à Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, que, para melhor instruir o colegiado sobre o assunto em exame, deu início à apresentação de conjunto de plantas da intervenção pretendida. Inicialmente, a arquiteta declarou que, conforme relatado pela Presidente, a primeira versão do projeto previa a implantação de estrutura desproporcional com relação ao bem tombado, razão pela qual foi solicitada a realização da citada reunião, ocasião na qual foi recomendado que tal estrutura fosse substituída por equipamento mais baixo e mais leve, de modo a interferir o menos possível na paisagem tombada. Destacou brevemente, em seguida, que a estrutura a ser implantada está conectada com o tema da sustentabilidade e a eliminação da pobreza, razão pela qual serão usados os ventos, evitando-se o uso de aparelhos de ar condicionado, será criado um jardim com mudas de plantas que serão distribuídas aos visitantes, entre outras questões A arquiteta frisou, por fim, o fato do evento em questão ser gratuito e aberto ao público, o que declarou julgar bastante positivo. Em seguida, a presidente Olga Campista declarou que a versão da proposta ora em exame, tendo em vista as adequações realizadas, tem sido considerada uma

boa solução pelo Inepac. Ao final dos debates, o colegiado, levando em consideração a importância do evento e as adequações incorporadas ao projeto inicial, deliberou pela aprovação da proposta em exame, ressalvando, entretanto, que tal aprovação é de natureza provisória e limitada aos eventos referidos, devendo ser rigorosamente observados os prazos de montagem e desmontagem dos respectivos equipamentos, de modo a cessar, com a maior brevidade possível, a interferência na paisagem protegida. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1191ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a Diretora do DPCN/Inepac, Liana Carneiro Monteiro, e o arquiteto Alberto Taveira, do mesmo Departamento. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Projeto de reforma do terraço do Edifício Sede do Clube Naval e implantação de uma pérgula acima do salão anexo ao *Restaurante O Navegador.*** A Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, dando início à apresentação do projeto em pauta, informou que a proposta em análise constitui a continuidade das obras de organização da cobertura da edificação, e que na primeira etapa foram feitas recomendações pelo Inepac e Conselho, tendo sido as mesmas acatadas pelos responsáveis pela intervenção. Em seguida, a Conselheira Regina Mattos, mostrando aos presentes cópias de plantas originais da edificação, bem como plantas da intervenção pretendida, informou que na construção original, de 1910, existia uma pérgula localizada na parte central da edificação, e que a mesma teria sido suprimida na reforma ocorrida em 1930, ocasião em que a edificação foi acrescida de dois novos pavimentos. Esclareceu, em seguida, que, portanto, a ideia é voltar-se com a antiga pérgula. Chamado a participar da sessão, o arquiteto do DPCN/Inepac Alberto Taveira, responsável pelo acompanhamento das obras em questão pelo Inepac, informou que a sugestão do retorno da pérgula à edificação se deveu ao fato da mesma constituir um elemento da construção original, e, hoje, segundo seu entendimento, devolver certo equilíbrio à edificação. A Conselheira Silvia Finguerut, lembrando aos presentes os recentes desabamentos de prédios localizados ao lado do Clube Naval, indagou se a presente intervenção representaria uma sobrecarga para o prédio, uma vez que haveria o acréscimo de novo pavimento, além daqueles incorporados à edificação em 1930. Sobre a questão, o arquiteto esclareceu que tal preocupação fez com que fosse solicitado um laudo de um engenheiro de estruturas, pelo qual foi atestado que o prédio suporta a intervenção pretendida, uma vez que o mesmo não sofrerá qualquer sobrecarga estrutural. Esclareceu, ainda, que não haverá aumento de altura da edificação, uma vez que a volumetria proposta para a intervenção está compatível com a já existente, e que corresponde ao volume da caixa d'água ali localizada. A arquiteta Regina Mattos informou, ainda, que, além da reimplantação da pérgula externa no terraço da edificação, serão recuperados outros elementos internos originais, como capitéis e colunas, que foram encobertos por lambris naquela reforma. A Conselheira Wilma da Rocha, alegando que a edificação conviveu muito mais tempo com sua aparência atual de 4 pavimentos, não havendo sentido no retorno somente da pérgula em questão, uma vez que os demais elementos não serão recuperados no sentido de refazer-se o conjunto do coroamento,

da edificação, desaprovou a intervenção proposta. Em seguida, a Presidente Olga Campista colocou o assunto em votação, tendo sido o projeto em exame aprovado por maioria simples, uma vez que a Conselheira Wilma da Rocha, pelos motivos acima expostos, manifestou seu voto discordante da aprovação concedida. Em seguida, passou-se aos seguintes informes: **1. *Plano de Massas* para o *Campus* da Faculdade de Medicina de Petrópolis.** Sobre o assunto, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, informou que está sendo aguardada a nova proposta para o imóvel, conforme solicitado pelo Conselho e Inepac. A Presidente Olga Campista informou ter se reunido, em Petrópolis, com a Superintendente da 6ª Regional/IPHAN, arquiteta Cristina Lodi, ocasião em que falou da necessidade de se trabalhar em conjunto, com o objetivo de se adotar nos pareceres uma *"mesma linha"* na abordagem dos assuntos de interesse comum do Inepac e IPHAN, o que, entre outras questões, agiliza importantes decisões relativas à preservação dos bens tombados nas duas esferas. Ainda sobre tal encontro, declarou ter sido bastante positivo, o que pretende que se torne uma rotina de trabalho. **2. Reunião convocada pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/IFCS.** A Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, informou que o Inepac foi convocado para uma reunião no IFCS, e que, inicialmente, se pensou que tal encontro tivesse por objetivo a discussão do Plano Diretor e das obras de restauração em curso no prédio. A Conselheira Regina Mattos lembrou que se estava caminhando neste sentido, mas que, entretanto, a nova direção não tem manifestado qualquer intenção de dar prosseguimento a tal discussão. A arquiteta Liana Carneiro Monteiro informou, em seguida, que, para sua surpresa, na ocasião foi manifestada preocupação com a segurança da instituição, devido a atos de vandalismo praticados no seu entorno imediato e, sob tal alegação, solicitado o gradeamento da parte dos fundos do prédio. Sobre o assunto, a Presidente Olga Campista lembrou que, por ocasião de obras no Largo de São Francisco, após intensa negociação com a Prefeitura, a praça em frente ao Instituto foi liberada e removida a grade ali existente, o que resultou num ganho importante para este espaço. Argumentou, em seguida, que a grade da Praça Tiradentes foi recentemente removida, com um resultado muito positivo, o mesmo ocorrendo com o Teatro João Caetano. Por fim, a Presidente declarou ser contrária ao gradeamento pretendido, uma vez que, segundo argumentou, num momento em que importantes espaços estão tendo suas grades removidas, e com resultados tão positivos para a cidade, não há razão para voltar-se a gradear os logradouros. Ainda segundo a Presidente, tem que haver, sim, um Plano Diretor para a ocupação desses espaços. Declarou, ainda, reconhecer os problemas sociais existentes, e que acabam por resultar neste clima de insegurança, ressaltando, entretanto, que o gradeamento destas áreas públicas da cidade não é a solução para o problema. Em seguida, a Conselheira Silvia Finguerut informou ter sido abordada na Praça Nossa Senhora da Paz, em Ipanema, com pedido de assinatura para o tombamento da mesma, com vistas à impedir-se que seja instalada uma estação do Metrô no local. A Conselheira declarou que tal fato causou-lhe preocupação, indagando, em seguida, se não seria o caso de uma antecipação por parte do Inepac e Conselho, no sentido de pensar-se algo para o local, antes que tal pedido de tombamento seja dirigido aos órgãos estaduais de preservação. Sobre o assunto, a Presidente Olga Campista informou que a Praça é

tombada pelo Município, não havendo, em princípio, razão para a dupla proteção da Praça em tela. A Conselheira Dora Alcântara declarou que, em muitos casos, o tombamento superposto foi usado como uma estratégia de reforço. **3. Palacete Linneo de Paula Machado.** A Presidente Olga Campista informou sobre concurso da FIRJAN, em três etapas, para a obra no terreno desmembrado no local, e que tal assunto virá ao CET. Encerrando a sessão, a Presidente propôs que o Conselho realize duas reuniões mensais, sendo a próxima no dia 16 de abril, com o que concordou o colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 16 de abril, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1192ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, os técnicos da *Cia. Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL* Ana Carolina Vasconcelos, Diretora de Engenharia e Operações, Pedro Paulo Barbosa de Sá, Coordenador do Sistema de Bondes de Santa Teresa, Eliane Batista da Silva Albuquerque, Coordenadora de Sistemas, e os assistentes técnicos Eliane Fátima da Costa e José Roberto Cordeiro Júnior. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, foram assinadas as Atas da 1190ª e 1191ª Sessões Plenárias. **2. Aquisição de novos bondes para Santa Tereza.** Após declarar abertos os trabalhos, a Presidente Olga Campista deu início à pauta informando ao colegiado ter sido procurada pela *Rio Trilhos*, juntamente com Secretária Adriana Rattes, para tratar da licitação pública lançada pela empresa com o objetivo de seleção de projeto para os novos bondes de Santa Teresa, a mesma amplamente divulgada na imprensa. Informou, em seguida, que segundo avaliação técnica da *Cia. Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – Central*, os atuais bondes não têm condições de restauração, uma vez que se encontram bastante deteriorados, não tendo sido encontrada empresa que executasse tal restauro. Informou, em seguida, que a única empresa que trabalha, ainda hoje, com bondes similares aos de Santa Teresa é a portuguesa *Companhia de Carris de Ferro de Lisboa*, que detém exclusividade neste tipo de equipamento, e que produzirá os novos bondes, a partir do projeto vencedor daquela licitação. Em seguida, juntamente com a Conselheira Regina Mattos, lembrou aos presentes propostas anteriores de reforma dos bondes, e que não tiveram êxito, ressaltando-se os graves acidentes ocorridos. Informou, em seguida, que na reunião acima citada, após apresentação pelos técnicos daquilo que seria um estudo inicial, foi formulado em conjunto um documento pelo qual foi autorizado o prosseguimento dos trabalhos, desde que os mesmos sejam acompanhados pelos técnicos do Inepac, e que logo que surja uma proposta mais definitiva, a mesma seja submetida, em todas as suas etapas, à análise do Conselho e Inepac. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, referindo-se à abrangência do tombamento dos bondes, indagou se o projeto em questão comprometeria, em alguma medida, aquilo que se quis preservar. Em resposta ao Conselheiro, e para melhor instruir o colegiado, a Conselheira Regina Mattos leu o parecer do então Conselheiro Carlos Porto com vistas ao tombamento definitivo dos bondes, de 1988, pelo qual: *"(...) Assim opino pelo tombamento definitivo do bem cultural denominado Bondes de Santa Tereza, definido desde a solicitação inicial de tombamento provisório, como todo o sistema de transporte que inclui os mecanismos, acessórios, trilhos e percursos das suas linhas em uso Dois Irmãos e Paula Matos.*

Acrescentando agora, a garage e oficina situados no final do pequeno ramal que sai do Largo dos Guimarães. Isto sem prejuízo do atendimento às exigências técnicas que incluam a recuperação e conservação dos motores, componentes de tração e carroceria, manutenção e reparo de vias, redes elétricas e uma esperada abertura dos trechos que levavam ao Silvestre e Muratori, atendidos pelos carros que possuíam os títulos "Silvestre", "Lagoinha" e Muratori". Fica entendido também que este tombamento compreende que os únicos e exclusivos carros em circulação no sistema sejam idênticos aos modelos de carros-motores abertos existentes. E ainda reboques, pranchas de serviços e/ou carros-bagageiros que possam ser incorporados à frota, desde que guardadas as mesmas características dos modelos que, neste caso, foram tirados de circulação por volta de 1966. Anexamos aqui os elementos descritivos principais de um carro motor e cópias dos desenhos da Cia. de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro Ltda., Dpto. de Tração e Oficinas, de nºs 45431,45432, 45433, 45434 e 45435 de 3.3.47, que facilitam estas precisões". Em seguida, a Conselheira lembrou aos presentes ter sido foi aprovado pelo CET um projeto de modernização dos bondes, ocasião em que comissão de Conselheiros foi a Três Rios, onde se constatou a qualidade da restauração que estava sendo executada, trabalho que, segundo declarou, foi interrompido. Indagada pela Conselheira Dora Alcântara se os bondes restaurados chegaram a funcionar, declarou que os dois bondes restaurados teriam circulado apenas com sacos de areia, com objetivo de se testar sua capacidade. Dando continuidade à apresentação do assunto em pauta, a Presidente Olga Campista informou que uma mudança importante a ser analisada é que, devido às questões de segurança, a ideia é que os novos bondes sejam parcialmente fechados, o que exigirá uma mudança na sua configuração interna. Lembrou, em seguida, ter havido por parte do Inepac a aprovação de estribo retrátil, questões que, somadas, segundo declarou, precisam de uma nova análise. Declarou, ainda, a Presidente, que a *Rio Trilhos* tem mostrado grande interesse em rediscutir a questão dos bondes, razão pela qual seus técnicos foram convidados a apresentar o assunto ao CET nesta data. Ressaltou, em seguida, que o Governador do Estado passou a questão da reestruturação do sistema ao Secretário Régis Fichter, da Casa Civil, que está diretamente responsável pelo assunto. Ressaltou, por fim, haver garantias de que nada será realizado sem o acompanhamento e a aprovação do Inepac e Conselho, razão pela qual foi aprovado o prosseguimento dos trabalhos, conforme anteriormente relatado. A Conselheira Silvia Finguerut declarou entender que a divisão do assunto deverá se dar em duas etapas. Segundo a Conselheira, a primeira seria decidir se todos estão de acordo de que os bondes deverão continuar existindo em Santa Teresa e, respondido isto, pensar-se como resolver tecnicamente a presença dos mesmos no bairro. Em seguida, a Conselheira Regina Mattos, continuando a instruir o colegiado sobre a matéria, leu ofício pelo qual o então Diretor Geral do Inepac, o Conselheiro Italo Campofiorito encaminha o tombamento provisório do bem em questão, de 1983: *"(...) 2. Tendo começado a funcionar há mais de um século, a princípio por tração animal e, desde 1896 em linha eletrificada, os bondes de Santa Tereza são hoje – nas ruas e ladeiras do bairro, ou sobre o aqueduto da carioca – traço de cultura inseparável da belíssima paisagem do Rio, toda ela já incorporada pelo engenho e pela memória do povo à cultura da sociedade brasileira; 3. Periodicamente, entretanto, renovam-se os ataques e ocorre a alguma*

autoridade desavisada retirar os bondes ou substituí-los por outros, de forma "mais moderna"; 4. A essa altura é irresistível lembrar que esses são os únicos bondes do Rio, únicos destinatários agora dos versos de Carlos Drummond de Andrade: "Meu diário Bargantin, meu aeroplano,/minha casa particular aberta ao povo,/eu te saúdo, te agradeço; e em pé no estribo,/agarrado ao balaústre,/de modesto que é, faço-te ilustre". 5. Chegada a hora de atender ao Poeta, e para preservar os bondes, o instrumento legal de que dispõe o setor Cultural é o tombamento, que, neste caso, deve ser extraordinariamente rico, tanto na sua conceituação quanto no seu alcance legal; 6. Trata-se, efetivamente, de conservar todo um complexo físico cultural, de forma a respeitar a respeitar a evolução contínua dos hábitos, costumes e vistas urbanas que dele decorrem; trata-se de proteger legalmente os bondes existentes abertos e outros idênticos que venham a ser incorporados á frota, bem como o sistema de transporte como um todo, incluídos os mecanismos e acessórios tradicionais, os trilhos e percursos, sem prejuízo de melhorias técnicas que não descaracterizem a atual visibilidade, ouvidos em cada caso, os órgãos do sistema de patrimônio cultural do estado. Considerando o exposto acima, proponho a V.Sa., nos termos do inciso I, do art. 5º, do Decreto Nº 5.808 de 13 de julho de 1982, encaminhar o tombamento provisório do bem cultural definido como Bondes de Santa Tereza, incluindo no ato, todo esse sistema de transporte com seus mecanismos, trilhos e acessórios, nas duas linhas em uso, Dois Irmãos e Paula Matos, essa última considerada como chegando ao Corpo de Bombeiros pela rua Paula Matos". A esta altura foram interrompidos os trabalhos, decidindo-se pela sua retomada na sessão seguinte, tendo a Presidente dado por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1193ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Aquisição de novos bondes para Santa Teresa.** Conforme deliberado na sessão anterior, foi dada continuidade à discussão da pauta. Quanto à aquisição dos novos bondes, a Conselheira Regina Mattos declarou que, segundo seu entendimento, diante da gravidade dos acidentes ocorridos, fica claro não haver qualquer condição para que os atuais bondes voltem a funcionar. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda indagou sobre a existência de laudos técnicos que atestem que tais acidentes foram decorrentes das atuais condições dos bondes, ressaltando, em seguida, que tais pareceres são fundamentais à análise e decisão do CET sobre o assunto em pauta. Declarou, ainda, citando o parecer do Conselheiro Italo Campofiorito, que deverá ser examinado preliminarmente *"se o Conselho admite, que considerando fatos relevantes como esses, é possível fazer alterações sem comprometer o que o Conselho tem como sendo o cerne do tombamento"*. Declarou, ainda, que é preciso, antes, decidir-se: *"se o que está em causa é uma alteração, uma desfiguração do bem tombado, ou se realmente são obras de adaptação que se fazem necessárias e que não desfiguram o que o tombamento tem de substancial"*. O Conselheiro ressaltou, ainda, que isso evitaria, no caso de decisão do CET pela primeira hipótese, que o Estado tenha um gasto desnecessário com os estudos para a implantação do novo sistema de bondes. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que, segundo seu entendimento, um restauro típico não será mais possível, uma vez *que "o sistema não está funcionando, o bem em questão não mais existe, mas apenas partes desse sistema"*. Ainda segundo o Conselheiro, deverá avaliado pelo Conselho a ideia de um projeto de restauro pelo qual se busque devolver *"aquilo que mais se aproxima do espírito do bonde"*. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda argumentou, em seguida, que o processo que trata do assunto em tela deverá estar *"convenientemente instruído quanto à causa dos acidentes, à frota que foi restaurada, à imprestabilidade do que existe, aos custos de restauro ou compra de carros novos, para que o CET e o próprio governo não sejam amanhã questionados quanto aos gastos feitos"*. Ainda segundo o Conselheiro, o processo deverá ficar fundamentado, por meio de documentação que justifique que, de fato, nenhum dos bondes poderá ser aproveitado ou, por exemplo, que um dos bondes poderá ser restaurado para fazer parte do acervo do *Museu do Bonde*. A Conselheira Dora Alcântara declarou concordar com o Conselheiro, argumentando que uma restauração ortodoxa seria o caso de se executar em um dos bondes para fins museológicos. A Presidente Olga Campista concordou, informando ter sido esta ideia levantada pelo IPHAN. Em seguida, a Presidente Olga Campista convidou os representantes da *Cia. Estadual de*

Engenharia de Transporte e Logística – Central a entrar e, após apresentação dos técnicos ao colegiado, teve início a exposição da proposta em exame pela Diretora de Engenharia e Operações, Ana Carolina Vasconcelos. Inicialmente, a técnica esclareceu que em função dos problemas no Sistema de Bondes ao longo dos anos, e que culminaram com o acidente ocorrido em 2011, foi determinada pelo Governador do Estado a intervenção do Sistema, com o objetivo de total reestruturação do mesmo e não apenas de uma de suas partes. Em seguida, deu início à apresentação de levantamento fotográfico da situação encontrada no início da referida intervenção, declarando que tal estudo evidencia o estado de destruição dos equipamentos de todo o sistema, como bondes, trilhos e dormentes, postes e rede aérea, estações e paradas, oficinas, área de trabalho dos funcionários (almoxarifado e vestiários, e viaturas de serviço). Em seguida, falando ao colegiado sobre o Plano de Reestruturação do Sistema, declarou que o mesmo prevê a devolução, em pleno funcionamento, do Sistema de Bondes, em condições operacionais seguras para toda a população, e que o mesmo foi elaborado a partir de estudos e pareceres técnicos desenvolvidos pela *CENTRAL*, com a colaboração da *Companhia de Carris de Ferro de Lisboa*, por meio de *Termo de Cooperação Técnica* assinado entre as empresas. Informou, em seguida, em linhas gerais, que do conjunto de estudos realizados, foram elencados os itens fundamentais ao restabelecimento do sistema, que enumerou a seguir: a substituição de 17 km das vias permanentes (trilhos bilabiados); restauração do traçado que se encontrava em funcionamento, bem como a recuperação do seu traçado original por meio da reativação dos trechos que levavam ao Silvestre, uma antiga solicitação da Associação de Moradores; substituição da rede aérea; substituição de 39 postes e implantação de outros 39 postes novos; reforma da Subestação, restauração de todo o conjunto de estações e paradas; reforma e adequação das oficinas existentes; reaparelhamento dessas oficinas com equipamentos adequados à manutenção dos novos bondes e reforma geral do *Museu do Bonde*. Em seguida, passando a apresentar a proposta dos novos bondes, ressaltou que não há nada decidido, e que foram formulados apenas parâmetros a serem observados na construção dos mesmos, entre estes a preservação dos aspectos culturais e a segurança para o usuário. Sobre a questão da segurança, destacou que quase a totalidade dos acidentes envolvendo os Bondes de Santa Tereza se deve à possibilidade do passageiro viajar sobre os estribos, o que se pretende evitar com a nova proposta. E, ainda: *"serão construídos 14 bondes com meio fechamento lateral em policarbonato translúcido, estribo retrátil, montados com novos subsistemas de tração (motores, acionamento e controle) de frenagem e truques, equipados com sistema de transmissão de dados e rastreamento GPS, micro câmera de vídeo para gravação de imagens internas, sonorização e sistema eletrônico de cobrança"*. Ressaltou, em seguida, que tal fechamento lateral do bonde exigirá uma mudança no seu *layout* interno, com vistas à criação de um corredor de circulação para os passageiros. Esclareceu, em seguida, que haveria uma diminuição de 08 assentos por viatura, que passaria a acomodar 24 passageiros sentados, não sendo possível viajar em pé. Informou, ainda, que nos últimos 10 anos, dos 14 bondes do sistema, apenas 4 vinham funcionando precariamente, o que indica que a redução do número de passageiros por bonde será completamente compensada pelo funcionamento regular da frota à população. Destacou, ainda, que outro item

fundamental a ser considerado, em atendimento às leis que regem a matéria, é a questão da acessibilidade. O Conselheiro Mozart Vitor Serra, referindo-se ao fato dos bondes terem sido apresentados como um sistema de transportes, indagou o que este novo sistema representará em termos de capacidade de atendimento à população de Santa Tereza, com relação ao sistema de transportes como um todo, sua conjunção com os ônibus, táxis, etc., e, ainda, o que a implantação do novo sistema representa, em termos de custos, a fim de se criar um *"sistema de referência"*, a partir do qual se possa discutir a questão. A técnica respondeu que pelo que se levantou nos estudos realizados, os bondes não são apenas turísticos, o que é alegado, inclusive, pela Associação de Moradores, constituindo meio de transporte complementar para a população do bairro. Com o término da apresentação, a Presidente Olga Campista concluiu que será fundamental à análise do Conselho e Inepac o envio dos estudos já realizados e que mostram a situação encontrada, bem como laudos técnicos, em linguagem acessível, que comprovem a inaproveitabilidade dos atuais bondes do Sistema. A Conselheira Silvia Finguerut completou que o parecer da empresa deverá apontar o porquê dos atuais bondes não poderem ser restaurados, bem como as razões de se ter buscado a opção de aquisição de bondes novos. Por fim, a técnica agradeceu ao colegiado a oportunidade de apresentação do estudo em questão, reafirmando que todas as questões ora levantadas são ainda preliminares e fazem parte de um longo processo de discussão, do qual farão parte o Conselho e Inepac. Com a saída dos técnicos, o Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que permanecem algumas dúvidas que precisam ser respondidas relativas ao sistema de transportes. Segundo o Conselheiro, seria importante saber os custos de cada quilômetro de intervenção, comparando-se tais valores, por exemplo, com outras alternativas, embora tais questões, declarou o Conselheiro, não façam parte das questões patrimoniais, que são o objeto primeiro de análise dos órgãos de preservação. A Presidente Olga Campista ponderou que o sistema de bondes, embora chamado de "sistema de transportes", cobrirá, como sempre ocorreu, apenas uma parte daquela população, constituindo "um sistema complementar de transportes", apoiado por outros como vans, ônibus, micro-ônibus, etc. A Conselheira Silvia Finguerut declarou discordar, alegando entender que para a população local, os bondes constituem um sistema de transportes. O Conselheiro Mozart Vitor Serra, após concordar com a Presidente, argumentou que, entretanto, resta ser respondido qual a origem, o destino e o fluxo, e que tarefa este sistema vai cumprir, questões estas que, declarou o Conselheiro, julga que serão respondidas durante o processo de discussão do assunto iniciado nesta data. A Conselheira Silvia Finguerut indagou, por fim, se existiria uma alternativa ao projeto atual. Argumentou em seguida, se a alternativa é um bondinho novo, já que nada será restaurado, por que está sendo proposto um projeto retrô com cara nova ? Com o término dos debates, o colegiado aprovou, por unanimidade, a continuidade dos estudos em questão, estes que deverão ser acompanhados por técnico do Inepac e pelo Conselho. A Presidente Olga Campista solicitou o encaminhamento aos Conselheiros, em meio digital, de cópia dos pareceres dos Conselheiros Italo Campofiorito e Carlos Porto, constantes do processo de tombamento do bem tela. No encerramento da sessão, a Conselheira Dora Alcântara informou que o IHGB vai realizar um debate sobre o Mosteiro de São Bento, em razão de notícia ainda não oficialmente divulgada.

de obras que preveem a execução de um "mergulhão" por baixo do Mosteiro, o que poderá abalar sua estrutura, além dos prejuízos que causará à rica talha recém restaurada. Por fim, a Conselheira manifestou total indignação com o fato de assunto de tamanha gravidade estar sendo tratado sem que a sociedade possa tomar o devido conhecimento, uma vez que se trata de um dos mais ricos exemplares de arquitetura religiosa da cidade. A Conselheira Silvia Finguerut falou sobre reforma da fachada da Igreja do Convento de Santo Antônio, no Largo de Santo Antônio, que prevê a recuperação da fachada antiga, *"desprezando-se o projeto de Lúcio Costa, à moda barroca, jogando-se fora um importante capítulo da história do restauro na cidade do Rio de Janeiro"*. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, ficando a próxima a ser marcada e oportunamente informada ao colegiado. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 16 de abril de 2012

Olga Maria Esteves Campista

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1194ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a nova representante do IPHAN no Conselho, a arquiteta Letícia Von Kruger Pimentel, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, e a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Posse da arquiteta Letícia Von Kruger Pimentel como nova representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no Conselho.** Abrindo os trabalhos, a Presidente Olga Campista apresentou ao colegiado a arquiteta Letícia Von Kruger Pimentel, nova representante do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no Conselho, em substituição à Conselheira Wilma da Rocha. Em seguida, deu posse à citada Conselheira, apresentando-lhe as boas-vindas, tendo sido acompanhada por todos os presentes. A Conselheira Wilma da Rocha, após ressaltar o acerto do IPHAN ao escolher a nova representante da instituição no Conselho, agradeceu a experiência enriquecedora resultante do convívio com o colegiado, desejando boa sorte à sua substituta. O Conselheiro Mozart Vitor Serra propôs o registro em ata de um voto de agradecimento à Conselheira Wilma da Rocha, pelo trabalho que desenvolveu no CET, no que foi acompanhado por todos os presentes. A Conselheira Letícia Von Kruger Pimentel, após elogiar o trabalho desenvolvido no CET pela Conselheira Wilma da Rocha, agradeceu a acolhida do colegiado. **2. Apresentação do arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro como futuro Diretor Geral do Inepac.** A Presidente Olga Campista, após agradecer a todos os presentes pelo aprendizado que acumulou durante o período em que dirigiu interinamente o Inepac e atuou como Presidente do Conselho, igualmente apresentou as boas-vindas ao arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, a ser nomeado Diretor Geral do INEPAC, declarando que sua chegada será de grande importância para o Instituto. Em seguida, a Presidente passou a palavra ao arquiteto, que agradeceu a acolhida de todos e, referindo-se à despedida da Conselheira Wilma da Rocha, declarou que há duas semanas, logo após aceitar o convite da Secretária de Cultura Adriana Rattes para dirigir o Inepac, tem se despedido de seus trabalhos junto à Subsecretaria de Patrimônio Cultural do Município, onde participou da última reunião de Gerência, e no Conselho de Patrimônio Municipal. Declarou, em seguida, ter acumulado um grande aprendizado no citado Conselho e acreditar que o mesmo acontecerá no CET. Declarou, ainda, que em razão de tais trabalhos, são muitos os pontos de contato existentes com a Prefeitura, o mesmo ocorrendo com o IPHAN, instituição da qual é funcionário de carreira, tendo exercido a função de Coordenador de Conservação, razão pela qual tem grande conhecimento do patrimônio federal. Em seguida, declarou que o

trabalho do INEPAC sempre chamou sua atenção, e que, mais recentemente, teve contato com o Instituto em algumas de suas ações, tendo colaborado, por meio de consultoria, para trabalho no Hospital de Santa Tereza, em Petrópolis, bem tombado estadual, oportunidade em que desenvolveu um estudo sobre o Município. Declarou em seguida, ter colaborado com o órgão, ainda, ao ceder material, desta vez sobre a Fazenda Mantiquera, em Quissamã, o que serviu de embasamento para os estudos de tombamento do imóvel. Por fim, relatou que quando esteve na Subsecretaria de Patrimônio Cultural do Município de Nova Iguaçu, chamou sua atenção o trabalho desenvolvido pelo Inepac com vistas ao tombamento de conjunto de bens ali localizados, bem como o grande acervo do órgão sobre aquele Município e toda a Baixada Fluminense. Em seguida a este breve relato, o arquiteto manifestou sua satisfação com o convite recebido, declarando que se empenhará para desenvolver o melhor trabalho possível à frente do Instituto, esperando, assim, corresponder ao convite recebido e à confiança que lhe foi depositada. O Conselheiro Claudio Valério Teixeira declarou estar convicto de que a chegada do arquiteto Paulo Vidal ao Inepac e Conselho será de grande relevância, não apenas pela sua vasta experiência na área, o que, segundo declarou, facilita o diálogo, mas, também, pelo real interesse pelo patrimônio que o arquiteto tem demonstrado em todos os seus trabalhos, somado à força que terá junto à administração estadual para lutar pela preservação deste patrimônio. O Conselheiro declarou, em seguida, que, nos últimos 30 anos, embora o país tenha experimentado grande crescimento, tem constatado que os Conselhos de Patrimônio municipais, estaduais e federais, lamentavelmente, têm perdido poder. Assim, segundo o Conselheiro, é preocupante que, ao mesmo tempo em que o país enriquece e realiza grandes investimentos em obras de restauração de patrimônio, por outro lado, contraditoriamente, *"o pensar, a reflexão sobre este patrimônio, não tenha crescido à altura"*. Ainda segundo o Conselheiro, *"é preciso que se pense mais, que se invista mais na reflexão sobre o patrimônio"*. A Conselheira Dora Alcântara declarou concordar inteiramente com o Conselheiro, declarando que, *"(...) talvez, umadas grandes missões destes Conselhos seja justamente estabelecer um diálogo maior, de modo que seja transmitida às novas gerações uma reflexão sobre patrimônio"*. A Presidente Olga Campista declarou concordar com os Conselheiros, acrescentando que há, ainda, os casos em que existem os recursos, *"mas faltam, dentro das instituições, instrumentos ágeis e mesmo entendimento de como atuar na área pública"*. Ressaltou, em seguida, ter se deparado com grandes dificuldades para resolver questões inicialmente encaradas como de simples solução, justamente pela falta desses instrumentos e entendimento. Declarou, em seguida, que ao entrar em contato com outras instituições, foi surpreendida com o fato de tais problemas serem obstáculos igualmente enfrentados pelo IPHAN e Município. Sobre a questão, citou a decisão do Estado de investir recursos na recuperação de alguns bens tombados, como, por exemplo, o Convento do Carmo e Capão do Bispo, cuja licitação interna levou 6 (seis) meses para ser concluída, em razão de dificuldades até mesmo da parte do setor jurídico da Secretaria. Ainda segundo a Presidente, seria de grande importância que a discussão desses instrumentos, de como torná-los ágeis, se desse no Conselho. Ainda segundo a Presidente, como trabalhar mais efetivamente na educação patrimonial, bem como atuar junto aos prefeitos na preservação do seu patrimônio, são, também, questões importantes a serem pensadas. A Conselheira

Silvia Finguerut propôs que, após a realização das eleições de outubro, seja organizado um Fórum de Prefeitos para discutir as questões levantadas, e disponibilizou a Fundação Getúlio Vargas para colaborar na elaboração deste evento. A proposta foi acatada por todos os presentes. O Conselheiro Mozart Vitor Serra, após declarar ser muito bem vinda a experiência do arquiteto Paulo Vidal nas três esferas da proteção do patrimônio, declarou que a demolição do Quartel da Polícia Militar é um caso que requer a atuação de alguém com tal experiência. Ainda segundo o Conselheiro, pelo que tem sido divulgado pela imprensa, sequer as responsabilidades sobre o caso estão esclarecidas, já que ora esta cabe ao IPHAN, ora é atribuída à Prefeitura. Em seguida, o Conselheiro fez um pedido de informações ao Inepac, no sentido de esclarecimento sobre a situação real, bem como quais as responsabilidades do órgão com relação a assunto de tamanha relevância, e, por fim, que papel caberá ao Conselho desempenhar com relação ao mesmo. Ainda segundo o Conselheiro, tais respostas deverão ser encontradas o mais rapidamente possível, para que os órgãos citados possam se antecipar aos problemas, buscando as ações para enfrentar o caso. Em seguida, o Conselheiro citou notícia veiculada na imprensa sobre decisão do Superior Tribunal de Justiça de indenização dos proprietários de casarão tombado na Avenida Paulista, em São Paulo, o que, segundo o Conselheiro, constitui um importante precedente. Sobre o assunto, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que para um melhor entendimento do caso, será preciso conhecer o teor de tal decisão, e qual a abrangência de tal acórdão. O Conselheiro declarou que a questão de fundo é aquela já discutida no Conselho e formulada pela ex-Conselheira Sônia Rabello, ou seja, de que "o *ônus do tombamento não pode significar o esvaziamento total do valor econômico do bem*". Ainda segundo o Conselheiro, "*ele será sempre um ônus que deve ser suportado a partir da finalidade social da propriedade e do interesse público, que é mais relevante que o particular*". E, ainda: "*Entretanto, quando o Estado se vale dele para simplesmente subtrair qualquer possibilidade de aproveitamento econômico, estará, na verdade, desapropriando indiretamente, e foi o que o acórdão em questão consagrou*". Por fim, o Conselheiro declarou que "*é preciso saber se, nas entrelinhas do acórdão, essa decisão é em função da especificidade daquele caso, para saber-se qual a abrangência que a mesma terá*". O arquiteto Paulo Eduardo Vidal declarou que ao tomar conhecimento da notícia, também se preocupou com o fato, mas que, conforme abordou o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, só pelas notícias veiculadas pela imprensa é impossível se conhecer tal decisão, se é específica ou terá um caráter genérico. **3. Assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, foram assinadas as Atas da 1190ª, 1191ª, 1192ª e 1193ª Sessões Plenárias. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 28 de Maio de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1195ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda e Wilma da Rocha. Estiveram presentes, ainda, a nova representante do IPHAN no Conselho, a arquiteta Leticia Von Kruger Pimentel, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e a arquiteta Denise de Souza Mendes, do mesmo Departamento. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Venda da tela *A Primeira Missa*, de Cândido Portinari, que se encontra no antigo Edifício Sede do Banco Boavista Interatlântico S.A, à Praça Pio X, nº 118, Centro do Rio de Janeiro, bem tombado por meio da Resolução SEC nº 059, de 20.03.1992: apresentação dos dados do promitente comprador.** Dando início à apresentação do assunto em tela, a Presidente Olga Campista leu para o colegiado documento encaminhado ao Inepac, pelo qual a proprietária da obra, Senhora Maria Cristina Pedrosa de Paula Machado, por meio de seu Procurador, Senhor José Pedrosa de Paula Machado, vem informar os dados do promitente comprador da obra em questão, Senhor Luiz Alberto Bodour Danielian, bem como informado o destino da mesma, a *Galeria Colecionador Escritório de Arte*, situada à Avenida Atlântica, nº 4.240, Ljs. 224 e 225, Copacabana Rio de Janeiro, sobre a qual é apresentado breve histórico. Pelo mesmo é alegado, em seguida: *"Não obstante faz-se necessário ressaltar que a tela encontra-se há mais de 10 anos em local que não alcança as aspirações do INEPAC em relação à sua guarda, manutenção e exposição, impedida de admiração pelo público em geral, como pode ser observado nas fotografias recentemente tiradas que seguem em anexo (DOCII). Observa-se, portanto, que as acomodações atuais são totalmente inadequadas, colocando em risco a integridade e segurança do bem tombado"*. E, ainda: *"Pelo exposto, fica evidente que as informações apresentadas demonstram a capacidade do promitente comprador em cumprir fielmente os requisitos constantes no parecer em que a venda da obra foi devidamente aprovada, motivo pelo qual vem apresentar o presente ofício"*. Por fim, é solicitado: "(...) a *proprietária requer, ainda, que este respeitável Instituto oficie o Departamento de Patrimônio do BRADESCO S.A., RJ, atual responsável pela guarda da tela, autorizando sua liberação e remoção imediata, sob a responsabilidade do promitente comprador, terminando, neste ato, sua responsabilidade pela guarda*". Com o término da leitura do documento, o Conselheiro Claudio Valério Teixeira declarou que, uma vez que o comprador em questão é dono de uma galeria de arte, e que, sendo assim, poderá revender a obra, a presente autorização deverá ratificar as condições de tal venda, de acordo com os termos já definidos pelo CET por ocasião de análise anterior da matéria. Referindo-se à preocupação do Conselheiro e lembrando aos presentes decisão do Conselho por ocasião de pedido de informações dirigido ao Inepac quanto à possibilidade de venda

e transferência de Estado da tela em questão, a Presidente Olga Campista leu trecho de Ata da 1187ª Sessão Plenária, de 17 de outubro de 2011,que registra deliberação do colegiado sobre a matéria, encaminhada ao requerente por meio de despacho redigido nos termos a seguir: *"(...) o colegiado deliberou REITERAR o parecer do Conselheiro-Relator Jair Valera, emitido durante a 550ª Sessão Plenária, em 20 de março de 2001, bem como que aquele Instituto seja informado, antecipadamente, se o eventual pretendente atende aos requisitos constantes do referido parecer, segundo o qual: '(...) a saída da tela seja somente liberada após a comunicação comprovada do novo destino da obra de arte, futura proprietária e responsável pela sua guarda, manutenção e exposição. Que essa organização cultural seja apta nesses quesitos, em obras deste porte, e esteja localizada no Rio de Janeiro, pois a ela está associada historicamente. A indiscutível ligação existente entre o prédio e a obra deverá assim ser perpetuada'*. Em seguida à leitura, a Presidente Olga Campista declarou que está clara a posição do Conselho quanto à autorização de venda da obra, bem como as condições de tal venda. O Conselheiro Claudio Valério concordou, voltando a declarar que, entretanto, deverão ser ratificadas na presente data as condições para uma possível futura venda da obra em tela, com o que declarou concordar a Conselheira Silvia Finguerut. Em seguida, respondendo às indagações da Conselheira Letícia Pimentel se a tela em questão está tombada isoladamente ou está integrada à arquitetura do Banco Boavista (o que, segundo a Conselheira, em caso de retirada do local perderia sua proteção, o que levaria à necessidade de tombamento individual da mesma) a Conselheira Regina Mattos leu o Ato de Tombamento Definitivo do referido bem, de maio de 1998, onde está definido que a tela em questão se encontra individualmente tombada, independente de encontrar-se no Banco citado. Em seguida, a Presidente Olga Campista indagou aos presentes que resposta deverá ser encaminhada à proprietária da obra. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda ressaltou que a atual proprietária deverá impor ao promitente comprador as condições a serem observadas em eventuais futuras vendas da obra (em atendimento às determinações do CET já de seu conhecimento), caso em que deverá ser consultado novamente o Conselho e Inepac, argumento endossado por todos os demais presentes. Ao final dos debates, após avaliar que deverá ser encaminhada ao requerente resposta embasada juridicamente, o colegiado deliberou distribuir o processo em questão ao Conselheiro Victorino Chermont de Miranda, para análise e apresentação da matéria durante a próxima sessão do Conselho, prevista para o dia 11 de junho. **2. Solicitação de aprovação de Projeto Arquitetônico para Escola de Educação Básica em Unidade do SESI/SENAI, à Rua Bingen, nº 130, Petrópolis.** Dando início à apresentação da matéria em exame, a arquiteta Denise Mendes, do DPC/Inepac, informou que o projeto do SENAI/SENAI, de 1953, é de autoria do Escritório MMMRoberto, e que a proposta de intervenção em exame apresenta como justificativa a necessidade de ampliação das instalações destinadas à educação básica oferecida pela Instituição. Em seguida ao exame de conjunto de plantas da intervenção pretendida pelo colegiado, a arquiteta apresentou parecer técnico de sua autoria pelo qual, após apresentação e análise detalhadas do projeto em tela, define: *"Entendemos, assim, que o posicionamento previsto no projeto apresentado é passível de aprovação, mesmo considerando sua inserção em local efetivamente tombado"*. E, ainda: *"(...) consideramos que aprovação do projeto deverá estar*

vinculada a algumas ressalvas, a serem respeitadas e cumpridas pelo solicitante, conforme descrito abaixo: Deverão ser preservados os bambuzais localizados na divisa com o terreno da Faculdade Estácio de Sá/terreno da Antiga Malharia Lima para minimizar a visibilidade da nova construção; o restante do terreno deverá ser considerado como área não edificante; deverá ser elaborado projeto específico de recuperação das edificações tombadas, a ser aprovado pelo INEPAC, constando de cronograma para a sua execução. Deverão ser previstos os seguintes serviços, entre outros que se façam necessários, a serem identificados através de levantamento: 1. Adequação das instalações, muitas delas exteriores, e dos equipamentos de ar condicionado; 2. Limpeza dos revestimentos de fachada, em especial do prédio principal; 3. Ocupação adequada da área sob pilotis; 4. Correção de infiltrações e desgaste de materiais". Ao final dos debates, após o entendimento segundo o qual a intervenção pretendida não agride o bem tombado em questão, o colegiado, acatando o parecer em tela, deliberou, por unanimidade, aprovar a solicitação em exame. **3. Informe: Solicitação dirigida ao Inepac para o tombamento de bens localizados no Município de Magé.** A Presidente Olga Campista deu conhecimento ao colegiado de solicitação encaminhada ao Inepac em 14 de maio de 2012, pelo Senhor Antônio Seixas, para o tombamento de conjunto de bens no Município de Magé. Com o término da leitura do citado documento, a Presidente informou que tal solicitação está em estudo no DPCN/Inepac. Em seguida, a Conselheira Silvia Finguerut, ressaltando a presença da nova representante do IPHAN no Conselho, a Conselheira Leticia Pimentel, argumentou que a intervenção na fachada do Convento Santo Antônio, que prevê o retorno do frontão triangular à edificação, *"não leva em consideração a história do restauro no Rio de Janeiro"*, uma vez que com isto *"se perderá parte importante desta história"*, com o que declarou concordar o Conselheiro Claudio Valério Teixeira. Em resposta, a Conselheira Letícia Pimentel informou que tal proposta foi apresentada à Área Central do IPHAN, tendo sido aprovada pela mesma. Sobre o assunto, o colegiado, levando em consideração tratar-se de um bem tombado pelo IPHAN e a aprovação da intervenção acima referida, julgou não ser oportuno um pronunciamento do CET sobre a intervenção em tela. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 11 de junho, às quinze horas. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 28 de Maio de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

Wilma da Rocha

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1196ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos onze dias do mês junho do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro e a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro. Abrindo a sessão, a Presidente *"ad hoc"* Regina Mattos passou a palavra ao Conselheiro Mozart Vitor Serra, que informou sobre sua participação na elaboração do chamado ***Plano Estadual de Cultura***, uma iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que engloba diferentes áreas como, por exemplo, teatro, cinema, etc. O Conselheiro informou que, indicado pelo arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, faz parte de uma comissão, juntamente com os arquitetos Glauco Campelo e Gustavo Rocha-Peixoto, que trata do patrimônio material, e cujo objetivo será produzir um documento com as questões propostas para incorporação no Plano referido. Sobre o assunto, o Conselheiro declarou que, embora tenha sido chamado para uma participação individual, tão logo esteja elaborado tal documento, o enviará ao CET, para que o colegiado possa colaborar sugerindo a incorporação ao texto de suas preocupações na matéria. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que a elaboração de tal *Plano* constitui um reflexo das políticas culturais definidas no *Conselho Nacional de Política Cultural*, que tem incentivado que os Estados e Municípios implantem os seus programas. Informou, ainda, que naquele Conselho a representação do patrimônio, como órgão governamental, cabe ao IPHAN, e que a sociedade civil está representada por meio de um representante do patrimônio material e um do imaterial, os mesmos sem vínculo com o órgão referido. Sobre o assunto, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro informou que para a elaboração do *Plano Estadual de Cultura* encontra-se igualmente incluída a participação de comissão para tratar das questões relativas ao patrimônio imaterial, já tendo sido chamados os membros integrantes da Comissão respectiva. Informou, ainda, que com o objetivo de elaboração do *Plano* em tela, já ocorreram reuniões em todos os Municípios do Estado, e que na atual etapa estão ocorrendo as reuniões setoriais, nas quais as respectivas comissões produzirão um total de três textos (sendo dois documentos autorais e um institucional) a serem colocados primeiramente na internet, para um debate mais amplo, sendo, na etapa seguinte, realizada Audiência Pública para recebimento e discussão do conjunto de contribuições, resultando, ao cabo de todo este processo, a estruturação do *Plano Estadual de Cultura* em tela. A Conselheira Dora Alcântara chamou atenção para uma crítica equivocada recorrente, segundo a qual são deixadas de lado questões relativas às manifestações mais simples, o que tem resultado em propostas culturais elitistas. Declarou, ainda, que, lamentavelmente, quando em debates é abordada a preocupação de preservação dos mosteiros, por exemplo, é comum ouvir-se a alegação de que estes já receberam destaque demais. Ainda segundo a Conselheira,

se há a preocupação com a cultura popular, *"uma das preocupações deverá ser a necessidade de enriquecer-se esta cultura popular por meio da apreciação de algo maior"*. A Conselheira declarou, em seguida, que, por outro lado, durante recente debate do qual participou para tratar da construção de passagem subterrânea sob o Mosteiro de São Bento, comentava-se que bairros históricos importantes como Saúde, Gamboa e Santo Cristo fizeram parte de dezenas de projetos numa época em que não havia recursos disponíveis para sua preservação e, que, hoje, quando estes recursos existem, outros interesses são priorizados, desprezando-se o valor histórico e cultural destes bairros para toda a cidade. O arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, referindo-se ao depoimento da Conselheira, informou que vem acompanhando ao longo de vários anos, pelo patrimônio municipal, o processo de recuperação da Zona Portuária da cidade, e que as atuais obras de recuperação urbana do local – o Projeto SAGAS – contemplam várias ações, em andamento, de preservação do patrimônio edificado da área; estas acompanhadas de pesquisa arqueológica contratada, havendo, ainda, entre outros, um projeto para contratação de propostas de ações voltadas à preservação do patrimônio imaterial, como, por exemplo, a criação de um grupo de trabalho que se debruçará sobre a herança africana da região, etapa que terá início em breve, com o término da recuperação do Cais do Valongo. O arquiteto informou, ainda, que todo o Morro da Conceição foi recuperado em termos urbanísticos (infraestrutura, iluminação, etc.) e que será restaurada a Igreja de São Francisco da Prainha, entre várias outras ações em andamento. O arquiteto concluiu que, independente dos possíveis questionamentos que uma intervenção deste porte possa sofrer, como por exemplo, a verticalização do local, este é o primeiro projeto de recuperação urbana do Brasil a aplicar recursos (no valor de quatro bilhões de reais) na recuperação e preservação do patrimônio, com o objetivo de beneficiar tão importante área da cidade. Ainda segundo o arquiteto, cabe à sociedade acompanhar todo o processo. Por fim, a Conselheira Dora Alcântara declarou que quando se está preparando uma política cultural, deverão ser contempladas medidas voltadas à preservação do patrimônio imaterial, de maneira que se estabeleça um equilíbrio entre a preservação dos importantes exemplares arquitetônicos e a preservação deste patrimônio imaterial. O Conselheiro Italo Campofiorito concordou, argumentando que ao conservar-se o patrimônio material estará se conservando o patrimônio imaterial, não ocorrendo o contrário. Em seguida, o Conselheiro Claudio Valério Teixeira, referindo-se à imensa estrutura erguida no Forte de Copacabana para a realização da *Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável/Rio+20,* manifestou sua indignação com o resultado de tal ocupação. Sobre o assunto, a Conselheira Regina Mattos declarou concordar com o Conselheiro, lembrando que, entretanto, tal intervenção foi aprovada pelo Conselho, não sendo possível, na presente data, rememorar-se todo o processo de discussões que culminaram com a aprovação concedida. Ressaltou, em seguida, que durante aquelas discussões foi levantada a necessidade de elaboração de um *Plano Diretor* para o local, o que segundo a Conselheira, deverá voltar a ser discutido. A Conselheira Silvia Finguerut declarou concordar, propondo, em seguida, que seja dirigida aos responsáveis pelo *Forte* uma avaliação do resultado de tal intervenção, na qual seja demonstrado o descontentamento do Conselho em razão do impacto além do esperado causado pela mesma ao bem tombado. O colegiado acatou a

proposta, ficando a referida Conselheira de formular tal documento, a ser oportunamente apresentado no Conselho. A seguir, na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Indicação de interessado na aquisição da tela *A Primeira Missa*, de Cândido Portinari, que se encontra no antigo Edifício Sede do Banco Boavista Interatlântico S.A, à Praça Pio X, nº 118, Centro do Rio de Janeiro. (Apresentação de parecer).** O Conselheiro-Relator da matéria, Victorino Chermont de Miranda, apresentou parecer que, em seguida à leitura, foi aprovado, por unanimidade, pelo colegiado, com sugestão de encaminhamento à AJUR/SEC, para as providências que entender cabíveis. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 11 de Junho de 2012.

Maria Regina Pontin de Mattos

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1197ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos onze dias do mês junho do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut, Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e a arquiteta Denise de Souza Mendes, do mesmo Departamento. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Solicitação de alteração dos parâmetros de altura estabelecidos, com vistas à construção do *Sistema Hoteleiro Quitandinha*, empreendimento a ser localizado no interior do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Antigo Hotel Quitandinha, à Rua Getúlio Vargas, s/nº, no bairro Quitandinha, em Petrópolis.** Dando início à apresentação do assunto em pauta, a arquiteta Denise Mendes, do DPCN/Inepac, leu parecer intitulado *"Esclarecimentos ao Ministério Público"*, de autoria do então Conselheiro Rui Rocha Velloso, datado de 11 de maio de 2004, pelo qual é apresentada a cronologia dos procedimentos de aprovação do projeto do Sistema Hoteleiro em questão pelo Conselho e Inepac. Em seguida, a arquiteta leu parecer técnico de sua autoria e do arquiteto Marcos Bittencourt, do mesmo Departamento, datado de 13 de abril p.p., pelo qual é informado tratar-se de solicitação de alteração dos parâmetros de altura – de 8,50m para 10,00m – com vistas à construção do *Sistema Hoteleiro Quitandinha* ao lado do Antigo Hotel, cujo tombamento definitivo foi determinado através da Resolução SECE nº 065/98, de 04 de dezembro de 1998. Pelo referido documento, é, em seguida, ressaltado: *"(...) Atente-se que o terreno previsto para o empreendimento localiza-se no interior do conjunto tombado, 'delimitado pela Rua Presidente Getúlio Vargas e pelas Avenidas República Argentina, Estados Unidos e Ayrton Senna', (conforme Resolução SECE nº 65/98 e indicado no desenho anexo)"*. E, ainda: *"Assim, não se justifica que no interior do Conjunto tombado seja permitida altura de 10,00m, superior àquela definida em alguns trechos da área de tutela, limitados a 8,50m. Entendemos, inclusive, que o projeto aprovado pelo CET e INEPAC para o local, em 2005, mesmo considerando o limite de altura máxima de 8,50m, interferirá na visão que se descortina do conjunto tombado, onde a edificação do antigo Hotel Quitandinha destaca-se única no cenário de fundo do vale, não apenas devido a sua escala, mas também ao distanciamento das demais edificações que foram sendo construídas nas encostas, o que será alterado pelas construções projetadas devido à excessiva proximidade com o antigo Hotel Quitandinha"*. Em seguida à leitura dos referidos documentos, a arquiteta informou que um primeiro projeto para o local, de 1997, previa a construção de 425 unidades, tendo sido indeferido, em agosto de 1998, pelos então Conselheiros Alfredo Britto e Fernando Alencar, que reprovaram o grande número de edificações propostas, bem como a excessiva altura das mesmas e, ainda, a excessiva proximidade das construções com relação ao prédio do Antigo Hotel, o

que comprometia o conjunto arquitetônico paisagístico tombado. Informou, em seguida, a arquiteta, que uma nova versão daquele projeto foi apresentada ao Inepac em outubro de 1998, e que, por supor-se que a mesma contemplava as diretrizes estabelecidas pelo CET para o local, e que o empreendimento estava previsto para área de tutela do bem e não para a área tombada, foi aprovada pelo colegiado. Informou, ainda, que, entretanto, em novembro do mesmo ano, com o tombamento definitivo do conjunto arquitetônico paisagístico, ratificou-se a definição do bem tombado tal como definido no tombamento provisório, mantendo-se, em consequência, como altura máxima das empenas das eventuais futuras edificações em área de tutela, 8,50m, e a área prevista para o empreendimento como área tombada. Sobre o assunto, a Conselheira Silvia Finguerut declarou que se trata de área tombada, e, sendo assim, não poderá ser aprovada qualquer edificação no local. Ressaltou, em seguida, que, em verdade, a aprovação concedida anteriormente é irregular. O Conselheiro Italo Campofiorito concordou, declarando que está claro para todos que se tombou uma área onde não havia nada construído e que assim deverá permanecer. Ao final dos debates e reexame do processo em tela, o colegiado, após constatação da caducidade da aprovação anteriormente concedida, e levando em consideração tratar-se de área tombada, deliberou negar a solicitação em tela. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, ficando a próxima a ser marcada e oportunamente informada ao colegiado. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 11 de Junho de 2012.

Maria Regina Pontin de Mattos

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1198ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dois dias do mês julho do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia Von Kruger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e os arquitetos Denise de Souza Mendes e Marcos Bittencourt, do mesmo Departamento. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação dos *Estudos Preliminares de Arquitetura* escolhidos no Concurso/FIRJAN, com vistas à construção da *Casa FIRJAN da Indústria Criativa* em terreno ao lado do Palacete Linneo de Paula Machado, imóvel localizado à Rua São Clemente, nº 213, esquina com Rua Dona Mariana, nº 19, em Botafogo.** Abrindo os trabalhos, a Presidente Olga Campista informou ao colegiado que são três (3) os *Estudos Preliminares de Arquitetura* a serem apresentados nesta data, e que estes são os finalistas escolhidos pela FIRJAN entre 9 (nove) pré-projetos que passaram para a segunda etapa do Concurso em pauta. Informou, em seguida, que, de acordo com o Edital do Concurso, tais Estudos estão sendo submetidos à análise prévia do CET e do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio, para orientação com vistas ao desenvolvimento dos respectivos Projetos, entre os quais será escolhido o vencedor. Informou, por fim, que a etapa seguinte será a elaboração do Projeto Executivo, e que o início das obras está previsto para dezembro do ano corrente. Assim, ressaltou a Presidente, não cabe ao Conselho escolher o projeto vencedor, mas orientar, em conjunto com o INEPAC, os candidatos nesta etapa do concurso, para que seus projetos sejam desenvolvidos observando-se a relação das novas construções com o bem tombado. O Conselheiro Claudio Valério Teixeira, após declarar ter tido a expectativa de que a FIRJAN, ao comprar o imóvel em tela, preservaria o Palacete e os jardins que o circundam, declarou-se contrário a qualquer nova construção no local, uma vez que, segundo seu entendimento, esta interferirá negativamente no bem tombado. Sobre o assunto, a Presidente Olga Campista declarou que o Palacete será totalmente restaurado, e que o Conselho já havia sido consultado previamente sobre a possibilidade de implantação de novas construções no lote já desmembrado do terreno, ocasião em que estas foram aprovadas, bem como definidos pelo colegiado os critérios a serem observados para a ocupação do local. Em seguida, a Presidente Olga Campista passou a palavra aos arquitetos Marcos Bittencourt e Denise Mendes, do DPCN/Inepac, tendo início a apresentação da avaliação do referido Departamento sobre cada um dos *Estudos* em tela. Inicialmente, o arquiteto Marcos Bittencourt ressaltou que, em dezembro 2010, foi apresentado ao INEPAC um *Estudo* para ocupação do lote 2 do PAL 45.050, este resultante do desmembramento do imóvel em tela, e que tal proposta previa a

construção de dois blocos para edificações multifamiliares no terreno. Destacou, ainda, que, em fevereiro de 2011, o assunto foi encaminhado pelo Instituto ao Conselho, que, na ocasião, definiu alguns critérios para edificação no local, que, em seguida, leu para o colegiado: *"1- Com relação à altura da nova construção: Deverá ser respeitada a altura máxima de 18,00m, adotada pela APAC de Botafogo ara o local; 2- Com relação à arborização: Deverá ser mantida a arborização existente no trecho do terreno entre a nova edificação e o Palacete Linneo de Paula Machado; 3- Com relação à distância do Bem Tombado Estadual: Deverá ser respeitada a distância mínima de 23,00m da fachada lateral da edificação tombada voltada para o Lote 2 do PAL 45.050, no trecho que corresponde à arborização existente, de forma a preservar a escalado Palacete Linneo de Paula Machado"*. Em seguida, por meio da amostragem de conjunto de desenhos e plantas, o arquiteto deu início à leitura da avaliação do DPCN/Inepac sobre cada um dos *Estudos Preliminares de Arquitetura* em tela, a saber: a) do arquiteto Thorsten Nolte, b) do arquiteto Frederido Paione, e C) do Escritório Mareines Patalano Arquitetura. Ao final dos debates, o colegiado, após entender que as três propostas apresentadas podem ser desenvolvidas adequadamente, deliberou aprovar, por unanimidade, o parecer do DPCN/INEPAC sobre os *Estudos* em tela, passando-se, assim, à etapa seguinte do concurso em pauta - o desenvolvimento dos respectivos projetos – estes que deverão seguir as recomendações contidas no citado parecer. Em seguida, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 02 de Julho de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Leticia Von Kruger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1199ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dois dias do mês julho do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima centésima nonagésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência da Conselheira Olga Maria Esteves Campista, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia Von Kruger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, o arquiteto Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, e a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Manifestação do Conselho relativa ao resultado da implantação de estrutura no Campo de Marte, no interior do Forte de Copacabana, para a realização da Conferência da ONU para o Desenvolvimento Sustentável/*Rio+20*. (Votação de minuta do documento elaborado pela Conselheira Silvia Finguerut).** A Conselheira-Relatora da matéria, Silvia Finguerut, apresentou minuta da manifestação em tela, que, em seguida à leitura e incorporação de sugestões formuladas pelos presentes, foi aprovada, por unanimidade, pelo colegiado, que deliberou pelo seu encaminhamento ao Comandante do Forte de Copacabana, com vistas ao cumprimento das ações pela mesma solicitadas. **2. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, foram assinadas pelo colegiado as Atas da 1195ª, 1196ª e 1197ª Sessões Plenárias. Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, ficando a próxima a ser marcada e oportunamente informada ao colegiado. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 02 de Julho de 2012.

Olga Maria Esteves Campista

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Letícia Von Krüger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Silvia Finguerut

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1200ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, os arquitetos Denise de Souza Mendes e Marcos Bittencourt, do DPCN/Inepac. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto de modificação com acréscimo de área em imóveis preservados pelo Município na Rua Visconde de Maranguape, nºs 9 e 13, antigo *Hotel Bragança*.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Eduardo Vidal deu início à abordagem do assunto em pauta informando ao colegiado que o projeto em questão, que viabiliza e recuperação do antigo *Hotel Bragança*, foi trazido ao Conselho em razão de destinar-se a imóveis situados em área de tutela para proteção da ambiência da Sala Cecília Meireles, bem tombado estadual. Relatou, em seguida, que o mesmo resulta de uma ação da Prefeitura que, dentro do *Projeto Lapa Legal*, buscava a revitalização e qualificação desta área da cidade, do ponto de vista cultural e turístico. Relatou, ainda, que, para tanto, foram iniciados pela Subsecretaria de Patrimônio Cultural-SUBPC estudos com o objetivo de se buscar soluções para os problemas que dificultavam tal qualificação, sendo este o caso do antigo *Hotel*, edificação que integra, ainda, a subárea de preservação do *Corredor Cultural*, e para a qual foi desenvolvido um estudo específico de reabilitação. Informou, ainda, o Presidente, que o imóvel demandava uma ação urgente, pois se encontrava, ao longo de vários anos, invadido por famílias em condições de risco devido ao estado precário da edificação, razão pela qual a Prefeitura, por meio de criterioso processo de cadastramento e deslocamento das famílias, promoveu sua total desocupação. Informou, em seguida, que no decorrer destes estudos foram avaliadas, ainda, outras propostas para o imóvel, dentre as quais a sua ocupação como prédio empresarial, ideia descartada pela Prefeitura, até o mesmo ser comprado por investidor que pretende recuperá-lo, por meio do projeto em tela, para uso como Hotel. Sobre tal projeto, informou que este propõe a recuperação dos imóveis de nº 09 e 13 da Rua Visconde de Maranguape e a construção de nova edificação nos fundos do terreno (em substituição ao atual anexo de quartos) o que viabilizaria economicamente os custos da recuperação dos imóveis referidos, além de proporcionar, oferecendo-se um padrão atual de conforto para os hóspedes, a sustentabilidade do próprio Hotel. Declarou, em seguida, que durante o estudo específico que se fez para o Hotel, chegou-se à conclusão que o atual anexo não tem a mesma qualidade arquitetônica do corpo central da construção, razão pela qual a demolição do referido anexo seria permitida em prol da restauração da edificação principal. O Presidente ressaltou, em seguida, que a questão que se coloca é que a legislação municipal do *Corredor Cultural*, de uma maneira genérica, estabelece restrições de altura para as novas construções na área, e que na definição do entorno para preservação da ambiência da Sala Cecília Meireles são mencionados

os parâmetros fixados pela citada legislação. O Presidente declarou, por fim, que, uma vez que a própria Subsecretaria do Patrimônio Cultural - SUBPC fez estudos específicos para o terreno em questão, tendo flexibilizado os parâmetros originais estabelecidos pelo *Corredor Cultural* para o local, o Conselho, acompanhando tais estudos, poderia dar *"o nada a opor"* ao projeto em exame. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao arquiteto Marcos Bittencourt, do DPCN/Inepac, que apresentou parecer por meio do qual, após apresentação do projeto em estudo, observa: *"Com relação ao projeto para o novo prédio a ser construído nos fundos do terreno, este mantém a altura de 22,46m no seu trecho mais próximo do antigo Hotel Bragança, obedecendo ao recuo de 5,00m, e chegando, na sua parte posterior, a 27,13m. Pela SUBPC é entendido que 'a despeito de a parte posterior atingir uma altura maior que o inicialmente proposto de 22,00m, creio que o impacto urbano dessa parte do anexo pouco refletirá na ambiência preservada, já que há alguns imóveis de grande porte situados nas cercanias posteriores do terreno'. "(...) Nota-se, pela leitura do parecer da Gerência de Conservação e Fiscalização da SUBPC (fls 14, 15 e 16), o entendimento daquela instituição de que a implantação de um novo parâmetro de altura para a nova edificação projetada não interferirá na ambiência do conjunto urbano. E mais, que se trata da oportunidade de restauração do antigo Hotel Bragança, requalificando-o no contexto urbano, retomando seu uso original de hotelaria e livrando-o do processo de arruinamento em curso".* Em seguida, o Presidente Paulo Eduardo Vidal leu análise do projeto em pauta formulada pela arquiteta Liana Carneiro Monteiro, Diretora do DPCN/Inepac, que conclui: *"Não identificamos prejuízo à integridade estética do bem tombado estadual decorrente da implantação do projeto em análise. Desta forma, consideramos que a implantação da proposta apresentada trará resultados positivos para o entorno do bem tombado".* Sobre o assunto, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda declarou que em caso de aprovação do projeto em pauta pelo Conselho, deverá ser ressalvado que não estão sendo postos em causa os critérios do Corredor Cultural, mas apenas o fato do mesmo não prever alteração da fachada e volumetria do Hotel. A Conselheira Silvia Finguerut acrescentou que deverá ser ressaltado, ainda, o fato do projeto em tela já ter sido analisado e aprovado pelo patrimônio do Município. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou ver com muita simpatia a negociação que se estabeleceu entre os diversos órgãos no sentido de se encontrar saídas para os problemas da cidade. A Conselheira Olga Campista, após declarar concordar com o Conselheiro, ressaltou a importância do resgate do uso original do imóvel para esta parte da cidade. Ao final dos debates, o colegiado, entendendo que o projeto em exame não afeta a ambiência do bem tombado em questão, encontrando-se em consonância com o espírito da preservação desta ambiência, e que sua implantação não prevê qualquer alteração da fachada e volumetria do prédio principal do antigo Hotel, não estando em causa, portanto, os critérios do *Corredor Cultural* para o local, deliberou acatar o parecer técnico do DPCN/Inepac e aprovar a implantação da proposta em tela. Deliberou, ainda, que seja ressaltado que a presente decisão levou em consideração, ainda, o intenso trabalho desenvolvido pela SUBPC no sentido de viabilizar a recuperação e restauro do antigo Hotel, bem como a aprovação do Projeto em questão pelo Município. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 2012.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1201ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, os arquitetos Denise de Souza Mendes e Marcos Bittencourt, do DPCN/Inepac. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto para construção de Ginásio Poliesportivo e salas de aula no campus da Faculdade de Medicina de Petrópolis, à Rua Barão do Rio Branco, nºs 1003, 1025, e 1041, em Petrópolis.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra ao arquiteto Marcos Bittencourt, do DPCN/Inepac, para apresentação de parecer sobre o projeto em pauta. Inicialmente, o referido arquiteto informou que a presente proposta é o resultado de longa discussão do Inepac e Conselho com os interessados, lembrando aos presentes que a primeira discussão do projeto no CET ocorreu ainda em 2007. Lembrou, em seguida, que o mesmo voltou a ser objeto de análise pelo colegiado no ano de 2011 (conforme registro em Atas da 1187ª,1188ª e 1189ª Sessões Plenárias) ressaltando, em seguida, que a proposta em tela, atendendo à deliberação do conselho durante a última sessão acima referida, indica como áreas *non aedificandi* as áreas livres remanescentes das antigas glebas, bem como incorpora os parâmetros definidos pelo INEPAC para a intervenção pretendida. Em seguida, o arquiteto apresentou parecer de sua autoria e da arquiteta Denise de Souza Mendes, pelo qual são apontadas as adequações incorporadas à versão original do projeto em estudo. Ao final dos debates, o colegiado, entendendo que o proponente, em atendimento às solicitações do CET durante a 1189ª Sessão Plenária, de 15 de dezembro de 2011, desenvolveu a presente proposta levando em consideração os parâmetros inicialmente definidos pelo Inepac, bem como efetuou as adequações sugeridas pelo Conselho à primeira versão do projeto apresentado, deliberou acatar o parecer do DPCN/Inepac e aprovar, por unanimidade, o projeto em questão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, ficando a próxima a ser marcada e oportunamente informada ao colegiado. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1202ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Esteve presente, ainda, a arquiteta Liana Carneiro Monteiro, Diretora do DPCN/Inepac. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Projeto para Construção de Edificação Mista com frente para a Rua General Luiz Mendes de Moraes e Via D1 projetada - AP-1, integrante do conjunto de obras do *PORTO OLÍMPICO*, a ser implantado no entorno da antiga Estação e Cocheira da Linha de Carris e Vila Guarany, localizada na Rua Pedro Alvares, nº 210, Santo Cristo, Rio de Janeiro/RJ.** Dando início à exposição do assunto em pauta, o Presidente Paulo Vidal declarou que a razão do mesmo ter sido trazido ao Conselho é o fato de a edificação mista em tela, que vai compor parte do *Porto Olímpico*, estar prevista para o entorno da antiga *Estação e Cocheira da Linha de Carris e Vila Guarany*, localizando-se a cerca de 170m de distância do bem tombado, o que declarou ser bastante razoável, e, o aspecto mais relevante, possuir uma verticalização bastante significativa, já obedecendo aos novos parâmetros do *Porto Maravilha*. Declarou, em seguida, que a intervenção em tela representará uma mudança do cenário, mas, que, entretanto, dada a distância do empreendimento com relação ao bem tombado, bem como o atual estado de degradação deste entorno, e, ainda, as próprias questões inerentes ao *Porto Olímpico*, não haveria como o Inepac apresentar restrições ao projeto. Ressaltou o Presidente, em seguida, que, segundo seu entendimento, o adensamento trará uma melhoria econômica para a área, que se encontra tão degradada. Sobre o assunto, a Conselheira Dora Alcântara manifestou-se contrária ao projeto de intervenção na área, por considerar que representará a completa descaracterização da paisagem, resultando em impacto imensamente negativo para esta parte da cidade. O Conselheiro Mozart Vitor Serra declarou que estaria de acordo com a citada Conselheira caso estivesse sendo abordada a paisagem da Praia de Botafogo, único ponto da cidade de onde se podia visualizar o monumento do Cristo Redentor de frente, e que foi completamente descaracterizada com a edificação do novo prédio da Fundação Getúlio Vargas e da *Coca-Cola*, entre outros. Quanto à intervenção em análise, o Conselheiro declarou que a área encontra-se absolutamente degradada, e que a implantação do projeto tampouco é a razão para a saída da população do local. Ainda segundo o Conselheiro, por ocasião de estudo que realizou para a CEDAE, foi constatado, por meio da sequência de censos realizados de 1940 para cá, que a população local era de 70 mil pessoas e, hoje, restam apenas 30 mil habitantes, o que mostra que esta região da cidade vem perdendo 20 mil habitantes por ano, o que tem ocorrido em razão da falta de trabalho e condições de vida no local. Ainda segundo o Conselheiro, além da degradação da atual do fundo da Baía de Guanabara, entre os

vários méritos do projeto em tela está o fato do mesmo resultar de um concurso internacional. Declarou, em seguida, que sua implantação *"não prejudicará em nada o bem tombado em questão e que, ao contrário, produzirá um contraste muito interessante com o restante do Projeto Sagas"*. O Presidente Paulo Vidal declarou que o parecer técnico do Inepac sobre o assunto aborda a necessidade de se trazer, a reboque da revitalização econômica da área, a qualificação ambiental da região e, ainda, a restauração do imóvel tombado e sua integração à praça ali localizada. Ainda segundo o Presidente, estas seriam exigências que poderiam ser apresentadas como condicionantes da aprovação do projeto em exame, com o que declarou concordar a Conselheira Silvia Finguerut. O Conselheiro Victorino Chermont de Miranda completou que a citada praça poderia ser recuperada, bem como recuperado todo o entorno da Estação tombada, de modo que a mesma seja destacada, proposta acatada pela Conselheira Regina Mattos. Ao final dos debates, o colegiado, levando estritamente em consideração a proteção estadual que incide sobre o imóvel em questão, deliberou não se opor ao projeto em tela, desde que atendidas as demais legislações em vigor e as exigências a seguir: a necessidade de se buscar, juntamente com a revitalização econômica desta importante área da cidade, a qualificação ambiental da região, bem como de se efetuar a completa restauração do imóvel tombado em questão, promovendo-se sua valorização por meio da definição de um uso adequado à recuperação urbana do seu entorno e de sua integração à Praça ali localizada. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1203ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Esteve presente, ainda, a arquiteta Liana Carneiro Monteiro, Diretora do DPCN/Inepac. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Novo Projeto do SEBRAE para Implantação do *Centro de Referência do Artesanato Brasileiro* no prédio do antigo *Solar do Barão do Rio Seco*, situado à Praça Tiradentes, nº 67, Centro, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra à Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, que deu início à exposição do assunto em pauta informando que o sobrado em questão, que data do início do século XIX, foi tombado provisoriamente pelo Estado em 1983, e que seu tombamento definitivo ocorreu em 1990. Informou, em seguida, que o imóvel, que abrigou o DETRAN de 1934 a 1990, foi tombado pelo IPHAN em 1998, para fazer parte do *Programa MONUMENTA-BID*. Informou, em seguida, que o sobrado teve vários usos ao longo de sua história, e que seu processo de degradação teve início na década de 90. Referindo-se à história mais recente da edificação, informou que foram muitos os projetos para novos usos encaminhados para análise, como para *Escola Superior da Paz, Democracia e do Desenvolvimento*, de 1992, integrante da Secretaria Extraordinária de Cultura, *Palácio Internacional da Moda/Instituto Zuzu Angel*, de 1994, entre outras. A Conselheira ressaltou que o restauro do prédio foi interrompido em diversas ocasiões, em razão da indefinição de uso para o mesmo, e que, em 1997, já em estado avançado de degradação, o mesmo sofreu obras emergenciais para estabilização das estruturas da cobertura, tendo sido emitido parecer sobre a questão pelo então Conselheiro Augusto Carlos da Silva Telles. Informou, ainda, que, em 1998, foi informado ao Inepac que o imóvel necessita de estabilização de suas grandes estruturas, estas já ameaçadas de desabamento, ocasião em que foram executadas, sob a supervisão do Instituto, obras de proteção provisória de tais estruturas. Informou, por fim, a Conselheira, que em 1999, o Estado, que vinha sendo cobrado a tomar providências relativas ao imóvel, que é um bem próprio estadual, começou, por meio da EMOP, a realizar obras de restauração da estrutura do telhado da edificação. Em 2001, com a inclusão do sobrado no Programa MONUMENTA-BID, passam a figurar novos parceiros na sua restauração, como o IPHAN e o Município, tendo início pela Rio-Urb obras de estabilização estrutural da edificação, que foram sendo sucessivamente interrompidas e retomadas, sem que se tenha conseguido recuperar, em definitivo, a edificação histórica. Informou, por fim, a Conselheira, que, em 2011, o prédio, juntamente com outros dois, é cedido ao SEBRAE para a instalação do *Centro de Referência do Artesanato Brasileiro*, objeto da presente

análise. Em seguida, referindo-se ao projeto em pauta, o Presidente Paulo Vidal informou que se trata de segunda versão de projeto do SEBRAE já anteriormente aprovado pelo Inepac e IPHAN, e que intervia pouco no prédio, prevendo apenas a adequação dos espaços internos, bem como a restauração dos seus elementos, mantendo-se a configuração original. Informou, em seguida, que a nova versão é bastante mais intervencionista do que a anterior, pois pretende criar um interesse urbano para esta área ao buscar diferenciar o prédio em questão dentro do contexto do *Corredor Cultural*, com o objetivo de criação de um marco arquitetônico para o local, por meio da integração entre uma arquitetura contemporânea e um prédio histórico. Sobre o projeto, informou que o mesmo, resumidamente, propõe a remodelação de todo o sistema de cobertura da edificação, a inserção de um novo pavimento e a remoção da atual cobertura para a criação de uma praça superior. Ainda segundo o Presidente, a intenção é que o prédio em questão, pela sua arquitetura, independente do seu uso, seja um marco urbano, e, por esta razão, um elemento de visitação. Informou, em seguida, que o projeto encontra-se em análise no IPHAN, e que o Município, uma vez que o imóvel não é tombado pela municipalidade, aprovou a intervenção pretendida. A Conselheira Silvia Finguerut declarou-se radicalmente contrária à remoção da cobertura original da edificação, uma vez que, segundo seu entendimento, entre outras razões, ninguém usufruirá da praça a ser criada no local. O Conselheiro Italo Campofiorito declarou não haver qualquer razão, sob nenhum aspecto, para a aprovação da intervenção proposta, no que foi acompanhado pelos Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Alcântara e Silvia Finguerut. O Presidente Paulo Vidal declarou concordar com os Conselheiros, declarando que se o prédio estivesse com a cobertura em ruína, poderia ser admitido que a mesma não fosse refeita, mas que, estando a mesma íntegra, não seria o caso de removê-la, conforme pretendido. Ainda segundo o Presidente, alguns pontos fragilizam a proposta em exame, como os investimentos já feitos na recuperação do imóvel, a existência da Praça Tiradentes nas suas imediações, não havendo a necessidade de criação de outra na cobertura do imóvel, e, ainda, a proposta de criação de um anexo vertical, o que não encontra justificativa, uma vez que o prédio histórico comporta todo programa pretendido para o imóvel. A Conselheira Regina Mattos completou que as alvenarias portantes originais da edificação tombada não poderão ser inteiramente removidas, devendo ser mantida, ainda, a volumetria original dos telhados da mesma. Ao final dos debates, o colegiado julgou inegável a pertinência do SEBRAE em criar um *Centro de Referência do Artesanato Brasileiro*, bem como sua iniciativa de promover a restauração da edificação histórica em tela, dando-lhe um uso adequado, razões pelas quais se manifestou inteiramente favorável à sua implantação no local. No entanto, foi entendimento do colegiado que algumas questões fragilizam a proposta em questão, a saber: **1.** Os vultosos investimentos públicos já aplicados no imóvel pelo Programa MONUMENTA-BID, da Prefeitura do Rio de Janeiro, no decorrer dos últimos anos; **2.** A proposta de completa remoção da cobertura do prédio histórico com vistas à criação de uma praça na cobertura da edificação. Tal intervenção foi considerada injustificável, uma vez que em frente ao Solar está a própria Praça Tiradentes, cabendo ressaltar-se, ainda, que, por ocasião do Programa referido, foi retirado o estacionamento existente entre o conjunto de prédios e a citada Praça, criando-se um imenso calçadão à frente dos mesmos, bem

como executada a completa recuperação da cobertura em questão; **3.** A proposta de criação de um anexo vertical, o que só seria aceitável caso o prédio histórico em tela não comportasse o programa pretendido para o local. Foi ressaltado, ainda, que, em se tratando de um prédio histórico tombado, suas alvenarias portantes originais não poderão ser inteiramente removidas, bem como deverá ser mantida a volumetria original dos telhados da edificação em tela. Assim, tendo em vista o acima exposto, o colegiado deliberou que o projeto em questão, como é apresentado, não é passível de aprovação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 24 de setembro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 17 de Setembro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1204ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quarta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Abrindo os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal propôs ao colegiado que, mesmo sem os usuais assuntos de pauta a serem tratados, como a discussão e aprovação de projetos, o Conselho mantivesse o calendário preestabelecido de reuniões, a fim de que algumas destas sessões fossem mais abertas, voltadas ao debate de questões mais conceituais, como a discussão do próprio campo de trabalho do CET. Desse modo, poderiam ser retomados, mais aprofundadamente, assuntos já tratados pelo colegiado. Em seguida, informou ter recentemente participado, em Brasília, do *Fórum Nacional de Instituições Estaduais*. Esse encontro foi organizado com o objetivo de troca de informações entre as diversas instituições e proposição de modos de fortalecimento destas instituições estaduais e do próprio sistema de patrimônio, que interagiria com o governo federal, através do IPHAN, criando-se um sistema nacional de patrimônio cultural. Em seguida, informou que, na ocasião, propôs que o Rio de Janeiro sediasse o próximo encontro, este que seria uma importante oportunidade de troca de experiências e de avaliação da atuação dos diversos órgãos. Informou, ainda, que com a mudança recente da titular do Ministério da Cultura, foi aprovada a *PEC* que cria o *Sistema Nacional de Cultura*, e que embora tenha, hoje, uma redação bastante sucinta, poderá, futuramente, indo ao encontro da intenção do IPHAN de criar um sistema nacional de patrimônio cultural. A existência desse sistema levará, entre outras questões, a uma maior definição dos campos de atuação dos órgãos de defesa do patrimônio, visto que os últimos cinco tombamentos do IPHAN no Rio de Janeiro foram sobreposições aos tombamentos estaduais, entre estes o Campo de Santana, Fazenda Campos Novos e Casa da Flor. Em seguida, respondendo à indagação da Conselheira Silvia Finguerut relativa à questão do patrimônio imaterial, declarou que o mesmo não é objeto de tombamento mas de registro, razão pela qual o assunto não vinha sendo tratado no Conselho. Informou, em seguida, que, entretanto, o INEPAC passa por uma reestruturação nesta área, pois sua antiga Divisão de Folclore sofreu um recente esvaziamento em função da aposentadoria da quase totalidade dos seus funcionários, sendo necessária sua renovação e criação de um Departamento de Patrimônio Imaterial, processo que se encontra em curso no Instituto. Informou, ainda, que, no âmbito da Cultura, está sendo criada uma legislação para o sistema estadual de Cultura, do qual fará parte o Conselho de Tombamento, e que a Secretária Adriana Rattes solicitou sua colaboração na organização da parte relativa ao patrimônio, e que a ideia é que o CET seja denominado Conselho de Patrimônio Cultural, passando a opinar, também, sobre as questões relativas aos bens de natureza imaterial. Sobre o assunto, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda

ponderou que, por ocasião da criação do IPHAN ainda não se abordava a questão do patrimônio imaterial, questionando, em seguida, se a atual denominação do Conselho de fato representaria um impedimento a que o Conselho exercesse sua atividade também com relação aos bens de natureza imaterial ou intangível. Segundo o Conselheiro, tal denominação não possui este poder limitador, ou seja, de inibir que o Conselho faça o registro e se debruce sobre as questões relativas a tais bens. Sobre a questão, o Presidente Paulo Vidal declarou que como ainda não existe uma estrutura para a realização de tais registros, razão pela qual estes não vinham sendo realizados, atualmente buscam-se medidas para a realização de trabalhos com questões com as quais não se vinha atuando, e a mencionada reestruturação em andamento no INEPAC é uma destas medidas. O Conselheiro Mozart Vitor Serra, após declarar haver uma espécie de *folclorização* em torno do que constituiria patrimônio imaterial, citando-se recorrentemente temas como o samba e o jongo, entre outras manifestações populares, chamou a atenção para a importância de um conjunto de Instituições culturais que, segundo declarou, *"são da essência do Rio de Janeiro"* e compõem sua identidade. Segundo o Conselheiro, pela sua história, seu acervo e papel que desempenharam no desenvolvimento da Nação, Instituições como Academia Brasileira de Letras, Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Academia Nacional de Medicina, Sociedade Brasileira de Belas Artes, Clube de Engenharia, entre uma centena de outras (algumas delas já desaparecidas e sobre as quais não se tem mais notícia) fazem parte, sem dúvida, deste patrimônio imaterial. Ainda segundo o Conselheiro, a partir do resgate destas instituições, poderia se pensar numa política voltada à preservação deste patrimônio imaterial, e um primeiro passo neste sentido seria a produção de um inventário deste importante conjunto de Instituições centenárias localizadas no Rio de Janeiro. Sobre a questão, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda lembrou do tombamento estadual dos acervos da Biblioteca Nacional, do IPHAN, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o objetivo de se evitar que seus acervos saiam do Rio de Janeiro. Ao final dos debates, foi entendimento de todos os presentes ser de fundamental importância uma discussão mais aprofundada sobre tema de tamanha relevância, o que ocorrerá oportunamente. A seguir, na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Leitura, aprovação e assinatura de Ata.** Após leitura e aprovação, foi assinada pelo colegiado a Ata da 1194ª Sessão Plenária. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2012.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1205ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima quinta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, os arquitetos Marcos Bittencourt e Denise de Souza Mendes, do DPCN/Inepac. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Estudo de viabilidade para ocupação e uso de terreno da *Fábrica Werner*, localizada à Rua Bingen, nº 1737, em Petrópolis.** Abrindo os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra ao arquiteto Marcos Bittencourt, que, inicialmente, informou ao colegiado que a *Fábrica Werner* integra conjunto de antigas fábricas de tecelagem tombadas, e, juntamente com a *Fábrica Cia. de Tecidos Aurora D'Olne*, a *Fábrica Huyck* e a *Fábrica de Tecidos Santa Helena*, representa um importante período do desenvolvimento econômico-industrial da cidade de Petrópolis. Informou, em seguida, o arquiteto, que tais fábricas estão paulatinamente acabando, e, no caso em questão, apenas em torno de 20% de suas instalações originais encontram-se ocupadas com a produção fabril, razão pela qual seus proprietários intencionam vender o restante do complexo edificado para a implantação de um *Shopping Center* no local, o *Werner Mall Petrópolis*. O Presidente Paulo Vidal informou, em seguida, que, em reunião no Inepac, o arquiteto e representante da *Fábrica* alegou que atualmente não há condições de competição com os chineses na fabricação de tecidos mas que, entretanto, esta continua competitiva internacionalmente no tingimento dos mesmos, atividade que requer basicamente a informatização dos mecanismos de impressão e, em consequência, demanda a ocupação de espaços mais compactos para receber maquinário moderno com tal finalidade. O arquiteto Marcos Bittencourt ressaltou, ainda, ter sido apresentada pelo citado arquiteto, em outra ocasião, proposta para construção de residências multifamiliares, a serem implantadas em outro trecho do terreno da *Fábrica*, e que ainda há, por parte do solicitante, interesse na aprovação deste empreendimento. Referindo-se ao *Estudo de Viabilidade* em questão, ressaltou que uma vez que o complexo fabril é tombado, deverão ser discutidas pelo colegiado as possibilidades de definição de critérios para a sua ocupação. Em seguida, sobre o referido *Estudo de Viabilidade*, informou o que segue, constante de parecer de sua autoria apresentado nesta data: *"(...) o futuro complexo abrigará, a saber: estacionamento, restaurantes, lojas, praça de alimentação, cinema, centro empresarial, Universidade, além de novo espaço para a fábrica pp dita. É ainda prevista a construção de uma estrutura de cobertura que unirá todos os prédios existentes e projetados. No estudo apresentado, algumas das atividades – como a fábrica, o estacionamento e a praça de alimentação – estão previstas em prédios a serem construídos em áreas livres dos terrenos, deixando os galpões, de maneira geral, para as lojas pp ditas e as edificações históricas de pequeno porte próximas à*

rua Bingen, para restaurantes e administração. Há a previsão de demolição de alguns galpões aos fundos e sua substituição por novas construções adequadas ao uso proposto". E, ainda: *"Independentemente do uso que venha a ser dado e da análise do estudo apresentado, entendemos ser necessário avaliar, preliminarmente, se o complexo tombado é passível de receber novas construções e, em caso afirmativo, como devem se comportar essas intervenções, em se tratando de acréscimos de área, alterações internas, modificações volumétricas e demolições"*. Sobre o assunto, o Conselheiro Claudio Valério declarou que para dar continuidade às atuais atividades da *Fábrica* não há qualquer necessidade de construção de unidades novas, pois poderiam ser ocupados os galpões antigos, preservando-se suas características externas, para a locação do novo maquinário e instalação do próprio *Shopping*. Ainda segundo o Conselheiro, está claro que o que se pretende é a expansão dos negócios com a construção de Shopping, cinema, praças de alimentação, etc., além da construção de moradias anteriormente mencionada. O Presidente Paulo Vidal declarou que a alegação do interessado é que será usada apenas 20% da área total da fábrica para a nova atividade, e que os 80% restantes serão desativados. Declarou, em seguida, o Presidente, que, considerando-se tal alegação, será fundamental estabelecer-se uma negociação paulatina com o objetivo de orientação relativa à ocupação destes galpões desativados, evitando-se que os mesmos, sem uso, se deteriorem. Ainda segundo o Presidente, a questão que se impõe, portanto, é a necessidade de discussão dos critérios da ocupação do complexo fabril em tela, e como o assunto será conduzido pelo Inepac e Conselho. A Conselheira Olga Campista declarou concordar, acrescentando que não poderá ser desconsiderada, ainda, a necessidade de construção de um estacionamento no local, uma vez que é certo que o requerente apresentará tal proposta. Em seguida, o arquiteto Marcos Bittencourt concluiu a leitura do seu parecer, por meio do qual, após apresentação e análise detalhadas do *Estudo de Viabilidade* em exame, formula conjunto de *"Diretrizes para orientar a elaboração de projeto denominado Werner Mall Petrópolis"*. Ao final dos debates do assunto em pauta e após sugestões ao texto apresentado, o colegiado aprovou, por unanimidade, o parecer do DPCN/Inepac contendo os parâmetros que deverão nortear a elaboração do projeto em exame. Deliberou, ainda, que seja ressalvado ao solicitante que tal decisão não envolve qualquer posicionamento sobre os aspectos do empreendimento residencial constantes na perspectiva do estudo em tela, referindo-se exclusivamente às condições de ocupação do trecho do terreno previsto para a implantação do *Shopping Center* referido, e não ao restante da área do complexo fabril em questão. Em seguida, o arquiteto Marcos Bittencourt consultou o colegiado sobre **recurso para análise e aprovação de modificação de projeto para a *Fábrica Huyck*, localizada à Avenida Barão do Rio Branco, nº 1958/2000, Petrópolis/RJ.** Sobre o assunto, o arquiteto informou ao colegiado tratar-se de alteração de projeto anteriormente aprovado pelo Inepac para a construção de anexo à fábrica tombada (Ofício INEPAC Nº 195/2011). Ao final dos debates, o colegiado concluiu que o projeto anteriormente aprovado pelo INEPAC adequa-se melhor ao local, tendo em vista as características arquitetônicas do bem tombado e a solução adotada para o anexo, ao buscar repetir o ritmo da platibanda, valorizar a horizontalidade e criar o deslocamento visual entre as construções. Assim, acatando o parecer do DPCN/Inepac, o colegiado indeferiu a

solicitação em tela. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 08 de outubro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 24 de Setembro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1206ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima sexta Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Mozart Vitor Serra e Olga Maria Esteves Campista. Esteve presente, ainda, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro. Na ordem do dia, foram tratados os seguintes assuntos constantes da pauta: **1. Nova versão do Projeto do SEBRAE para Implantação do *Centro de Referência do Artesanato Brasileiro* no prédio do antigo *Solar do Barão do Rio Seco*, situado à Praça Tiradentes, nº 67, Centro, Rio de Janeiro/RJ.** Abrindo os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal informou ao colegiado ter sido encaminhada ao Inepac nova versão do projeto em pauta, à qual foram anexados os atuais pareceres do IPHAN e do Município sobre a mesma. Informou, em seguida, que, em cumprimento às exigências do CET definidas durante a 1203ª Sessão Plenária, de 17 de setembro p.p., e atendendo às adequações sugeridas pelo IPHAN e pelo órgão de preservação do Município - que vão ao encontro das exigências do Instituto - todo o projeto foi refeito, de modo que, pela proposta em tela, o prédio histórico é quase integralmente preservado, tendo sido mantida a volumetria original dos telhados, suas alvenarias internas portantes, bem como as configurações de vãos e escadas da edificação. Informou, em seguida, ter participado de reunião coordenada pela Secretária Adriana Rattes, da qual também fizeram parte o IPHAN, representado pela Conselheira Letícia Pimentel, e o Município, com a presença do Sr. Washington Fajardo, ocasião em que tal proposta foi apresentada e discutida. Informou, ainda, que, na ocasião, foi manifestada pelos requerentes preocupação relativa à necessidade de obtenção do licenciamento da obra, imprescindível para garantir-se os recursos para a implantação do projeto, razão pela qual redigiu oficio em que sinalizou que sua versão atual, ao incorporar as exigências do CET, é passível de aprovação. Por fim, o Presidente declarou que a mesma é bastante satisfatória, uma vez que preserva o bem tombado, restando aguardar-se, na etapa seguinte, o encaminhamento do projeto executivo, com o que concordou o colegiado. **2. Leitura, aprovação e assinatura de Atas.** Após leitura e aprovação, foram assinadas pelo colegiado as Atas da 1198ª, 1199ª e 1200ª Sessões Plenárias. Em seguida, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Letícia von Kruger Pimentel

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1207ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima sétima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Mozart Vitor Serra e Olga Maria Esteves Campista. Esteve presente, ainda, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Solicitação de análise de viabilidade técnica para reforma e acréscimo em prédio situado à Rua Coronel Benjamin Guimarães, esquina com Rua Doutor Souza Nunes, no Centro de Valença, com vistas à implantação de um *Shopping Center* no local.** Abrindo os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal informou tratar-se da construção de empreendimento comercial nas dependências anexas a uma das fábricas tombadas na cidade, a *Cia. Têxtil Ferreira Guimarães*, estas localizadas em área limite da área tombada do seu centro histórico. Informou, em seguida, que o projeto em questão prevê edificações de, aproximadamente, 10,00m, e que ultrapassam o limite máximo de altura fixado pelo Tombamento Provisório para as novas construções no local, que é de 5,50m. Informou, ainda, que em conversa com o Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, o historiador Adriano Novaes, que é, juntamente com a arquiteta Sônia Rachid, o responsável pelos estudos de revisão do Tombamento Provisório com vistas ao Tombamento Definitivo, o mesmo opinou que o empreendimento em tela será benéfico para a cidade, em razão da mudança dos grandes empreendimentos de dentro da malha urbana para uma área que já está fora da área principal de tombamento, o que, segundo seu entendimento, criaria um desenvolvimento de comércio positivo para Valença. Sobre o assunto, a Conselheira Dora Alcântara manifestou dúvidas de que o projeto em tela, de fato, seja positivo para a cidade. A Conselheira questionou se será conveniente a criação deste vetor de deslocamento do comércio para fora do eixo do centro histórico, como prevê o empreendimento em tela; o que, segundo declarou, poderá, ao contrário, representar o declínio do local, como ocorreu com São Luís do Maranhão. A Conselheira declarou que naquela cidade, a malha antiga ficava entre dois rios e, ao criar-se novo vetor de desenvolvimento do outro lado destes rios, seu centro histórico entrou em decadência. A Conselheira Olga Campista declarou que será de extrema importância se discutirem as atuais possibilidades de ocupação do centro histórico da cidade, e que a altura do gabarito fixado pelo tombamento provisório constitui o eixo fundamental de tal discussão. Em seguida, declarou que os citados estudos de revisão do Tombamento Provisório estão sendo conduzidos de forma exemplar pelos técnicos acima referidos, que, há cerca de dois anos, têm mapeado toda a cidade por meio do cadastramento de cada um dos imóveis, e que tal revisão prevê mudanças justamente no gabarito fixado pelo Tombamento Provisório; este que, com a experiência acumulada nesses anos de vigência da proteção referida, tem se mostrado muito restritivo. Sobre o assunto, o Presidente Paulo Vidal declarou que tais

estudos de fato incluem a revisão do atual gabarito, mas estes ainda não foram concluídos, encontrando-se em fase de conclusão, e que logo estejam terminados serão trazidos ao CET. Em seguida, a Conselheira Olga Campista indagou se houve uma conversa com os empreendedores sobre a possibilidade de instalação do *Shopping Center* em questão no interior da fábrica histórica. O Presidente Paulo Vidal respondeu não ter tido contato com os proprietários e arquitetos responsáveis pela intervenção, optando justamente por trazer o assunto previamente para uma discussão no Conselho. A Conselheira Olga Campista declarou que faltam *Planos Estratégicos* para essas cidades, que juntem a iniciativa privada e o poder público, pois o que ocorre é que o tombamento ainda é visto como algo negativo. Segundo a Conselheira, a falta de uma visão de ocupação por parte dos proprietários e do próprio poder público leva a que se busque uma expansão da cidade, quando o certo seria pensar-se a revitalização e ocupação do seu centro histórico. Ainda segundo a Conselheira, um dos grandes entraves às discussões do assunto é o enorme desconhecimento por parte dos Prefeitos dessas cidades. A Conselheira Dora Alcântara declarou concordar com a Conselheira, argumentando que deveria ser mostrado aos requerentes que a revitalização de um prédio histórico, por meio de sua ocupação, poderá ser muito positiva para o empreendimento proposto. O Presidente Paulo Vidal, referindo-se aos estudos de revisão do Tombamento Provisório em andamento, declarou ter conversado com o historiador Adriano Novaes sobre a importância da revisão do *Plano Diretor* da cidade, que foi interrompida, de modo que o *Plano* e os estudos de revisão do tombamento sejam compatibilizados. Sobre o assunto, a Conselheira Olga Campista declarou que seria fundamental, ainda, o cruzamento deste *Plano Diretor* com um *Plano Estratégico* para a cidade, com o que declarou concordar o Presidente. Ao final dos debates, acatando proposta do Presidente Paulo Vidal, o colegiado deliberou convidar o Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, Adriano Novaes e a Arquiteta Assistente Sônia Rachid, para apresentarem, durante a sessão seguinte do Conselho, os Estudos de Revisão do Tombamento Provisório do Centro Histórico da cidade, bem como o Projeto para a implantação do *Shopping Center* em questão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 22 de outubro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Letícia von Kruger Pimentel

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1208ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima oitava Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e o Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, Adriano Novaes, acompanhado da Arquiteta Assistente Sônia Rachid. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Apresentação, pelo Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, historiador Adriano Novaes e pela Arquiteta Assistente Sônia Rachid: A. dos Estudos de Revisão do Tombamento Provisório do Centro Histórico da cidade de Valença com vistas ao seu Tombamento Definitivo; B. do Projeto para reforma e acréscimo em prédio situado à Rua Coronel Benjamin Guimarães, esquina com Rua Doutor Souza Nunes, com vistas à implantação de um *Shopping Center* no local.** Abrindo os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal apresentou ao colegiado o Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, o historiador Adriano Novaes, e a Arquiteta Assistente Sônia Rachid, presentes à sessão para apresentar os Estudos de Revisão do Tombamento Provisório do Centro Histórico da cidade de Valença com vistas ao seu Tombamento Definitivo, bem como o Projeto para reforma e acréscimo em prédio situado à Rua Coronel Benjamin Guimarães, esquina com Rua Doutor Souza Nunes, com vistas à implantação de um *Shopping Center* no local, conforme decisão do Conselho em sua sessão anterior. Em seguida, dirigindo-se aos técnicos citados, o Presidente declarou que o colegiado levantou algumas questões relativas aos estudos de revisão do tombamento do centro histórico da cidade e, principalmente, ponderações e questionamentos referentes à conveniência da criação de um vetor de deslocamento do comércio para fora do eixo do centro histórico, como prevê o empreendimento em tela. Por fim, declarou que o objetivo da presente reunião seria, portanto, abordar tais assuntos, para que o colegiado pudesse levantar e apresentar questões, buscando de de que forma o Conselho poderia colaborar nas discussões dos estudos em andamento e com a análise do projeto em pauta, para que, no futuro, com o próprio desenvolvimento de Valença, o patrimônio passe a constar como vetor de fundamental importância, a ser contemplado em quaisquer que sejam as diretrizes de desenvolvimento econômico e social da cidade. Em seguida, passou a palavra ao historiador Adriano Novaes, a quem propôs que apresentasse um panorama geral, com ênfase nos fatores que motivam a revisão do tombamento em tela, e como o projeto em exame está inserido dentro desta revisão e da dinâmica da cidade. Dando início à exposição dos temas em pauta, o historiador informou que o tombamento estadual de Valença é de 2005, e que o mesmo veio ao encontro de um desejo de preservação da cidade por parte de instituições locais, que já vinham trabalhando com

o objetivo de criar, a nível municipal, leis de preservação deste patrimônio. Informou, em seguida, que, em 2001, época em que trabalhou na Prefeitura juntamente com a arquiteta Sônia Rachid, chegou-se a pensar numa política de preservação desses bens por meio do seu tombamento municipal, tendo sido criado até mesmo um *Serviço de Patrimônio Histórico*, ações que, por diversas razões, não foram levadas adiante. Informou, ainda, que, contraditoriamente, este mesmo governo promoveu uma série de demolições de bens de grande valor histórico para a cidade, o que resultou em denúncia e intervenção do Ministério Público, e que culminou com a penalização da Prefeitura por meio da aplicação de um *Termo de Ajuste de Conduta-TAC,* ocasião em que foram convocados o IPHAN e o INEPAC, que propôs como medida compensatória às infrações cometidas contra o patrimônio da cidade, que a Prefeitura realizasse o Inventário em exame. Informou, ainda, que, mais adiante, no ano de 2004, o INEPAC, que coordenou todo o trabalho de levantamento dos bens acima mencionado, e do qual fez parte como historiador responsável, procedeu ao tombamento provisório, que protegeu, entre bens tombados e tutelados, em torno de 300 imóveis de valor cultural e histórico da cidade de Valença. Informou, em seguida, que, em 2008, foi criado o *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, que propôs, entre outros itens, a revisão do tombamento referido, estudo minucioso que vem sendo desenvolvido ao longo dos últimos dois anos com vistas ao Tombamento Definitivo dos bens atualmente protegidos em estágio provisório. Tal revisão, ressaltou o historiador, daria origem a uma complexa discussão relativa ao gabarito estabelecido pelo tombamento como altura máxima para as novas construções na cidade, de 5,50m, hoje considerado muito restritivo, tornando-se a principal questão dos estudos de revisão em andamento. A esta altura foram interrompidos os trabalhos, tendo o Presidente dado por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Leticia von Kruger Pimentel

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1209ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima nona Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista e Victorino Chermont de Miranda. Estiveram presentes, ainda, a Diretora do DPCN/Inepac, arquiteta Liana Carneiro Monteiro, e o Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, Adriano Novaes, acompanhado da Arquiteta Assistente Sônia Rachid. Conforme deliberação do colegiado na sessão anterior, foi dada continuidade à **apresentação, pelo Chefe do *Escritório Técnico Regional do INEPAC/Médio Paraíba*, Adriano Novaes e pela Arquiteta Assistente Sônia Rachid: A. dos Estudos de Revisão do Tombamento Provisório do Centro Histórico da cidade de Valença com vistas ao seu Tombamento Definitivo; B. do Projeto para reforma e acréscimo em prédio situado à Rua Coronel Benjamin Guimarães, esquina com Rua Doutor Souza Nunes, com vistas à implantação de um *Shopping Center* no local.** Conforme deliberado na sessão anterior, e dando continuidade à apresentação do assunto em pauta, os técnicos informaram que se encontra em fase de conclusão proposta de estabelecimento de novo gabarito para alguns dos setores tombados e/ou tutelados, ressaltando, em seguida, que o atual gabarito constitui o impedimento à aprovação do projeto em pauta. Sobre o assunto, o Presidente Paulo Vidal declarou ter sido esta uma das questões abordadas pelo Conselho na sessão de 15 de outubro p.p.,, ocasião em que foi indagado pelo colegiado se o programa proposto para o terreno anexo à fábrica tombada não poderia ser implementado no interior do próprio imóvel, o que resolveria, a um só tempo, a ocupação/uso e preservação do bem tombado. O historiador Adriano Novaes, no que foi acompanhado pela arquiteta Sônia Rachid, declarou que não há, no momento, qualquer interesse por parte dos proprietários e empreendedores na utilização do imóvel histórico, cuja restauração alegam que será executada futuramente. A Conselheira Dora Alcântara lamentou que os empreendedores não tenham a visão de que tal ocupação, além das questões mencionadas pelo Presidente, poderia resultar em empreendimento de grande êxito estético e que em nada comprometeria o possível retorno econômico, com o que declarou concordar o Conselheiro Claudio Valério Teixeira. Declarou, ainda, a Conselheira Dora Alcântara, que são muitos os exemplos a serem dados de que no caso de uma cidade tão pequena, quando esta se expande, o centro e seu comércio entram em franco declínio. Assim, segundo seu entendimento, do ponto de vista do patrimônio, tal empreendimento é ruim, já que muito do comércio atual será esvaziado com a construção do *Shopping Center* em tela. A Conselheira Olga Campista informou que como Subsecretária de Assuntos Institucionais e estando, também, à frente da Direção Geral do Inepac, realizou uma visita à Valença acompanhada do Secretário Estadual de Obras, Vicente Loureiro, em razão de cobrança dirigida à Secretaria pelo

Vice-Governador em razão de insatisfação do Prefeito com o tombamento, que vinha alegando que o mesmo estava *"engessando a cidade"*. Informou, em seguida, que na ocasião constatou que o centro ainda pode ser adensado, podendo ser trabalhado de uma forma melhor, mas que não está claro como seria tal ocupação, e que a altura do gabarito estabelecida pelo tombamento provisório é, de fato, a questão fundamental a ser discutida. Esclareceu, em seguida, que o tombamento foi extremamente importante e necessário para Valença naquele momento, mas que, na ocasião, não foi possível um maior aprofundamento dos limites de altura a serem fixados para as novas construções na cidade. Em seguida, elogiou o trabalho de revisão extremamente criterioso que vem sendo feito pelos técnicos presentes, e que já se encontra em sua fase final, e que prevê mudanças relativas ao gabarito fixado pelo Tombamento Provisório. Em seguida, a Conselheira solicitou aos técnicos que, para melhor instrução do colegiado, fosse mostrado, por meio das plantas cadastrais da cidade, este gabarito atual e sua relação com a intervenção pretendida. Sobre a questão, o Presidente Paulo Vidal declarou que há uma questão jurídica fundamental envolvendo o atual gabarito estabelecido pelo tombamento provisório e sua flexibilização. Ainda segundo o Presidente, hoje, uma vez que a revisão do tombamento ainda não foi concluída, o que vale é um gabarito mais restritivo, de 5,50m, sendo um consenso geral que sua flexibilização neste momento poderá fragilizar o tombamento provisório e mesmo dificultar as análises com vistas ao Tombamento Definitivo. O Conselheiro Victorino Chermont declarou concordar com o Presidente, acrescentando que tal flexibilização abriria um precedente, e poderia, também, repercutir negativamente sobre outros casos. Em seguida, o Presidente Paulo Vidal, referindo-se à resposta a ser dada no corpo do processo que encaminha o projeto em pauta, propôs que o requerente seja informado de que hoje o gabarito previsto em lei é mais restritivo e, por esta razão, o projeto, da forma como está apresentado, não poderá ser aprovado. Ponderou, em seguida, que a intervenção em pauta seja analisada a partir das condições de gabarito atual, o que resultará no seu indeferimento, e que sejam acelerados os estudos de revisão do tombamento provisório (que prevê alteração dos atuais 5,50m para 10,00m), o que possibilitaria, sem qualquer prejuízo da preservação da cidade de Valença, a aprovação do empreendimento proposto. O Conselheiro Italo Campofiorito declarou que não há qualquer pretexto para que o Conselho permita a execução de empreendimento com altura de 10,00m, uma vez que o mesmo se encontra fora da lei. Assim, segundo o Conselheiro, mesmo considerando-se não haver qualquer problema com a alteração de gabarito para os 10,00m, conforme previsto na revisão com vistas ao Tombamento Definitivo daqueles bens, o fato é que não há, no momento, uma justificativa jurídica formal para que o Conselho abra tal exceção. Sobre o assunto, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda propôs que seja consultada a Procuradoria Jurídica sobre a possibilidade, ainda na vigência do tombamento Provisório, de estabelecimento de novo gabarito geral para a cidade, de modo que não se configure qualquer tipo de favorecimento ao presente interessado. Ao final dos debates, o colegiado deliberou que, quanto aos estudos em andamento de revisão do Tombamento Provisório, seja verificada a possiblidade de adequação de gabarito dos setores que necessitam tal adequação, e dada continuidade aos estudos com vistas ao Tombamento Definitivo dos bens protegidos na cidade. Quanto ao projeto em

questão, após entendimento de que este se encontra em desacordo com a legislação do tombamento provisório em vigor, que prevê como altura máxima para as novas construções o gabarito de 5,50m, e não os 10,00m propostos, o colegiado deliberou, por unanimidade, que o requerente seja informado de que o mesmo, como está apresentado, não é passível de aprovação. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 05 de novembro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 22 de outubro de 2012.

Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Letícia von Kruger Pimentel

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1210ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima décima Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Ofício do Ministério Público Federal relativo a obras irregulares no Hangar do Aeroporto Santos Dumont, localizado à Praça Senador Salgado Filho, s/nº, Rio de Janeiro/RJ.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal informou que o assunto em pauta foi trazido ao Conselho em razão de Ofício dirigido ao Inepac pelo Ministério Federal, por meio do qual são solicitadas informações sobre quais as providências adotadas pelo Instituto com relação aos acréscimos de volumetria executados no Hangar sem sua prévia autorização, e que afetam a integridade do bem tombado, conforme conclusão do próprio Inepac levada ao conhecimento daquele Ministério, e se o órgão tomou conhecimento da *Ação Anulatória* do tombamento do Aeroporto Santos Dumont e do Hangar proposta pela Advocacia-Geral da União em face do Estado do Rio de Janeiro. Esclareceu, em seguida, que o documento encaminhado pelo Inepac em resposta ao MP menciona que o assunto em tela não teria obtido um posicionamento conclusivo por parte do Conselho, e que agora, quando o MP reitera tais solicitações, concluiu que assunto de fato precisaria ser retomado na presente data, para que fique claro que a matéria não se encontra parada no Conselho, mas que, não retornou ao mesmo para uma posição final. Em seguida, o Presidente passou a palavra à Conselheira Maria Regina Pontin de Mattos, que deu início à exposição do assunto informando ao colegiado que tal *Ação Anulatória* foi proposta pela União Federal no ano de 2010, sob a alegação de não ter sido notificado o Ministério da Aeronáutica, proprietário de metade do imóvel, mas somente a Infraero, detentora da segunda metade. Informou, em seguida, que segundo o proponente, tal fato caracterizaria um *"vício de forma"* do respectivo Ato de Tombamento, devendo o mesmo, por esta razão, ser anulado. A Conselheira enfatizou, em seguida, que, em verdade, na origem de tal pedido de impugnação do tombamento está a exigência do Inepac de paralisação de obras irregulares no Hangar, decisão confirmada pelo CET durante sua 1091ª Sessão Plenária, de 7 de dezembro de 2009, conforme registro na ata respectiva, e que a *Ação Anulatória* em questão foi amplamente discutida pelo colegiado, conforme registro em Ata da 1115ª Sessão Plenária, ocorrida em 12/04/2010, ocasião em que o referido pedido de impugnação foi julgado improcedente e, portanto, indeferido. Esclareceu, em seguida, que tais obras irregulares não se deram apenas no Hangar, com o já citado acréscimo de cobertura, mas que ocorreram também no prédio do DECEA- Grupo Especial de Inspeção e Vôo, de propriedade do comando da Aeronáutica, edificação localizada na área de tutela para a proteção da ambiência do referido Hangar, que sofreu ampliação sem

que tenham sido encaminhados para aprovação os projetos respectivos. A Conselheira informou, em seguida, que as obras executadas depois do tombamento estadual são de responsabilidade da Aeronáutica, que, até a presente data, não encaminhou para a aprovação o projeto já executado no imóvel. A esta altura foram interrompidos os trabalhos, tendo o Presidente dado por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Leticia von Kruger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1211ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima décima primeira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Claudio Valério Teixeira, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Ofício do Ministério Público Federal relativo a obras irregulares no Hangar do Aeroporto Santos Dumont, localizado à Praça Senador Salgado Filho, s/nº, Rio de Janeiro/RJ.** Abrindo os debates, o Presidente Paulo Vidal declarou que os acréscimos executados no *Hangar* antes do tombamento, e que são evocados pelos requerentes, terão que ser tolerados, pois tal situação é regular, mas que aqueles posteriores à proteção estadual são ilegais e, portanto, deverão ser removidos mediante exigência do Inepac e Conselho. O Conselheiro Italo Campofiorito declarou concordar, acrescentando, em seguida, que não importam as alegações do requerente segundo as quais a área é de segurança, razão da não consulta aos órgãos de preservação. Ainda segundo o Conselheiro, a questão é jurídica, ou seja, as intervenções posteriores ao tombamento e que descaracterizam o bem, são ilegais, com o que declarou concordar a Conselheira Silvia Finguerut, que ressaltou que a proteção do imóvel se deu justamente pela sua arquitetura. Sobre o assunto, a Conselheira Regina Mattos declarou que, lamentavelmente, não consta do respectivo processo de tombamento um levantamento dos acréscimos já existentes na edificação. O Presidente Paulo Vidal sugeriu que os acréscimos na cobertura que, comprovadamente, tiverem sido executados antes do tombamento, serão tolerados e que aqueles executados posteriormente à proteção estadual são irregulares e, por esta razão, deverão ser removidos. O Presidente ressaltou, ainda, que deverá ser reiterada a necessidade de encaminhamento dos projetos ao Inepac. Ainda segundo o Presidente, o Instituto deverá oficiar o Ministério Público de tal decisão, devendo ser encaminhada cópia de tal documento à Aeronáutica. Indagado pelo Presidente Paulo Vidal, o Conselheiro Victorino Chermont de Miranda argumentou que são três as questões fundamentais levantadas no decorrer da sessão. Segundo o Conselheiro, o requerente entrou em juízo pleiteando a anulação do tombamento, e o Conselho, conforme acima registrado, julgou improcedente tal solicitação. Entretanto, ressaltou o Conselheiro, há que se saber em que ponto encontra-se tal Ação, ou seja, qual o encaminhamento dado à matéria pela Procuradoria do Estado. Assim, segundo o Conselheiro, o Conselho terá que solicitar à Assessoria Jurídica o exame do assunto. O Conselheiro argumentou, em seguida, que o processo administrativo de destombamento foi analisado pelo Conselho mas que, entretanto, a *Ação Anulatória* em debate, tudo leva a crer que não. Diante do exposto pelo Conselheiro, o Presidente Paulo Vidal declarou que, então, caberia ao CET solicitar à Procuradoria informações sobre o andamento da *Ação*. Com o objetivo de dirimir as dúvidas, a Conselheira Olga

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Campista solicitou a presença do Assessor Jurídico da Secretaria, Sr. Ivo Remuska Jr., a quem foram expostas todas as questões levantadas pelo colegiado nesta data, e, em seguida, entregue o processo que trata do assunto em pauta, para posteriores esclarecimentos. Ao final dos debates, o colegiado deliberou que o Ministério Público Federal seja informado: **A.** que quanto aos questionamentos relativos à *Ação Anulatória do Tombamento do Hangar e do Aeroporto Santos Dumont* , o Conselho deliberou encaminhar o processo que trata do assunto à Assessoria Jurídica da SEC, para informação sobre o andamento da mesma; **B.** que quanto às obras executadas irregularmente no referido Hangar, foi deliberado que a decisão sobre a matéria encontra-se em suspenso, até que Procuradoria Geral do Estado se pronuncie sobre o encaminhamento dado àquela *Ação*. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 26 de novembro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 05 de Novembro de 2012.

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Claudio Valério Teixeira

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Leticia von Kruger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1212ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima décima segunda Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Na ordem do dia, foi tratado o seguinte assunto constante da pauta: **1. Recurso ao indeferimento a projeto de modificação de projeto aprovado para os imóveis situados à Rua Conde de Irajá, nº 177 e nº 183, em Botafogo.** Após declarar abertos os trabalhos, o Presidente Paulo Vidal passou a palavra ao arquiteto Marcos Bittencourt, que deu início à abordagem do assunto em pauta informando tratar-se de imóveis integrantes do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Rua Martins Ferreira e Adjacências, nos quais funciona atualmente a sede do Centro de Hematologia do Rio de Janeiro. O arquiteto informou, em seguida, que uma primeira consulta relativa à ocupação dos imóveis em pauta já havia sido encaminhada ao Inepac em janeiro de 2001, e pela qual foi indagada a possibilidade aprovação de um *"projeto de modificação com acréscimo de área e interligação dos imóveis"*. Informou, em seguida, que tal proposta, uma vez que estava de acordo com os parâmetros definidos pelo Inepac, e que foram igualmente aprovados pelo Conselho, foi aprovada por ocasião do encaminhamento, em julho do mesmo ano, do respectivo projeto definitivo. Ressaltou, em seguida, o arquiteto, que do citado projeto constava o compromisso de resgate de algumas das características das edificações em tela, *"(...) como a liberação dos vãos originais que se encontravam emparedados, a recuperação das fachadas, e a colocação de telhas tipo francesa"*. O arquiteto informou, em seguida, que, entretanto, em agosto de 2009, após o término das obras, o processo foi reencaminhado ao Inepac com a solicitação de aprovação de modificação do projeto anteriormente aprovado. O arquiteto informou, ainda, que em razão de tal solicitação, foi realizada vistoria ao local, na qual se contatou que foram realizadas intervenções apenas no imóvel nº 177, e que estas estavam em desacordo com aquele projeto aprovado. Foi constatado, ainda, que o imóvel nº 183 não sofreu qualquer intervenção, e que o mesmo permanecia *"(...) descaracterizado e com a laje intermediária mantida engastada na alvenaria da fachada, as coberturas em telhas de amianto, o fechamento dos vãos originais da fachada"*, entre outros itens. O arquiteto ressaltou ter sido solicitada pelo Inepac a demolição da laje referida, uma vez que esta corta as janelas existentes no térreo da edificação. Em seguida, após deliberar-se pela continuidade dos debates sobre o assunto na sessão seguinte, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezesseis horas, marcando a próxima para a mesma data, às dezesseis horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 03 de Dezembro de 2012.

Mgmatiasdostferraz

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Leticia von Kruger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Ata da 1213ª Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento do Estado do Rio de Janeiro .....

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, à Rua da Ajuda, número cinco, décimo quarto andar, realizou-se a milésima ducentésima décima terceira Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, sob a Presidência do Conselheiro Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, estando presentes os Conselheiros Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Italo Campofiorito, Letícia von Kruger Pimentel, Maria Regina Pontin de Mattos, Mozart Vitor Serra, Olga Maria Esteves Campista, Silvia Finguerut e Victorino Chermont de Miranda. Conforme deliberado na sessão anterior, foi dada continuidade aos debates sobre o **Recurso ao indeferimento de proposta de modificação de projeto aprovado para os imóveis situados à Rua Conde de Irajá, nº 177 e 183, em Botafogo.** Indagado pelo Conselheiro Victorino Chermont de Miranda sobre a alegação do requerente para o descumprimento de tal exigência, bem como qual o fundamento do recurso em análise, o arquiteto declarou que este alega que tal intervenção prejudicaria a edificação estruturalmente. Respondendo a mesma questão, o Presidente Paulo Vidal informou ter sido apresentado um laudo técnico segundo o qual não é possível tal demolição, e que tal documento fundamenta o presente recurso. O arquiteto Marcos Bittencourt informou que o requerente alega, ainda, que ao chegar ao imóvel já encontrou a laje no local, e que, portanto, a mesma não foi introduzida por ele na edificação. Em seguida, o arquiteto Marcos Bittencourt declarou, conforme registro em parecer do DPCN/Inepac sobre a matéria em exame, que *"os parâmetros gerais que orientaram o projeto inicial, e que valiam para ambos os imóveis, foram respeitados, mas a distribuição interna e as circulações foram modificadas em relação ao projeto aprovado"*. Informou, em seguida, que diante de tal situação, o DPCN/Inepac apresentou conjunto de exigências, dentre as quais foi ressaltado que a aprovação das obras executadas está condicionada à conclusão das mesmas nos dois imóveis, e, ainda, que a autorização do acréscimo de área também está condicionada à execução de melhorias voltadas à recuperação das características arquitetônicas dos imóveis tombados em tela. Ao final dos debates, o colegiado decidiu, à unanimidade, acolher em parte o presente Recurso, encaminhando-o ao INEPAC para as providências que, a título precário, entenda adequadas ao momentâneo equacionamento do problema, tendo em vista o óbice de ordem técnica constante de laudo constante do Protocolo 648/2012, ora apresentado, e a destinação social do uso que será dado ao imóvel. Deliberou, ainda, que seja ressalvando expressamente que, em sendo, no futuro, encontradas alternativas para o impedimento em questão, tornar-se-á exigível a retirada de trecho da laje do imóvel de nº 183. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a sessão, às dezoito horas, marcando a próxima para o dia 10 de dezembro, às quatorze horas e trinta minutos. Eu, Maria das Graças Matias dos Santos Ferraz, lavrei a presente ata, que vai por mim assinada e pelos Senhores Membros do Conselho presentes à reunião. Rio de Janeiro, 03 de Dezembro de 2012.

SERVIÇO PÚBLICO ESTADUAL

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro

Dora Monteiro e Silva de Alcântara

Italo Campofiorito

Letícia von Kruger Pimentel

Maria Regina Pontin de Mattos

Mozart Vitor Serra

Olga Maria Esteves Campista

Silvia Finguerut

Victorino Chermont de Miranda